



Universidade do Minho Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Escola de Economia e Gestão

Mestrado Interuniversitário e Internacional em
Políticas Comunitárias e Cooperação Territorial

Capitalização de projectos de cooperação territorial: contributos para uma
estratégia ambiental no Sudoeste Europeu

Tese de Mestrado – Relatório de Estágio

Aluno: Nuno Casimiro Vaz Silva (n.º 13053)

Orientadores:

Isabelle Roger (Directora do STC SUDOE)

Prof. Doutor José Cadima Ribeiro (Prof. Catedrático do Departamento de Economia da EEG/UMinho)

Março 2010

DECLARAÇÃO

Nome

Nuno Casimiro Vaz Silva

Endereço electrónico UU nunocasimiro@gmail.com **Telefone** +351 938196278 / +34 693937189

Número do Bilhete de Identidade: 10977385

Título /tese

Capitalização de projectos de cooperação territorial: contributos para uma estratégia ambiental no Sudoeste Europeu

Orientador(es):

Isabelle Roger (Directora do STC SUDOE)

Prof. Doutor José Cadima Ribeiro (Prof. Catedrático do Departamento de Economia da EEG/UMinho)

Ano de conclusão: 2010

Designação do Mestrado ou do Ramo de Conhecimento do Doutoramento:

Mestrado Interuniversitário e Internacional em Políticas Comunitárias e Cooperação Territorial

Nos exemplares das teses de doutoramento ou de mestrado ou de outros trabalhos entregues para prestação de provas públicas nas universidades ou outros estabelecimentos de ensino, e dos quais é obrigatoriamente enviado um exemplar para depósito legal na Biblioteca Nacional e, pelo menos outro para a biblioteca da universidade respectiva, deve constar uma das seguintes declarações:

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;
2. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE/TRABALHO (indicar, caso tal seja necessário, nº máximo de páginas, ilustrações, gráficos, etc.), APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, , MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;
3. DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE/TRABALHO

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Para a realização do presente documento foi decisiva a cooperação do Professor Doutor José Cadima Ribeiro, a quem agradeço o acompanhamento atento e a pertinência das sugestões, da solidária equipa do Secretariado Técnico Conjunto do Programa SUDOE, e em especial à sua directora Isabelle Roger, pela disponibilidade e apoio nunca regateados, e à Mariana Ricca, por um punhado de palavras.

Resumo

Capitalização de projectos de cooperação territorial: contributos para uma estratégia ambiental no Sudoeste Europeu

A natureza global dos desafios ambientais torna a cooperação territorial um campo privilegiado para a intervenção conjunta de estados e regiões em domínios que não conhecem fronteiras. Esta intervenção conjunta será tão mais efectiva quanto seja passível de partilha pelo maior número possível de instituições e actores que possuam, de facto, as competências e a capacidade para intervir, sobretudo num cenário de progressiva selectividade dos sistemas de apoio comunitários e nacionais.

Assente na experiência do período de programação 2000-2006, no qual foram executados 87 projectos de cooperação, o programa de cooperação territorial Sudoeste Europeu procura no período 2007-2013 responder aos desafios actuais rentabilizando esforços anteriores ou, pelo menos, tentando não desbaratar a energia e recursos já despendidos.

Para tal, partindo da análise de uma amostra significativa dos projectos sobre ambiente executados até ao final do anterior período, procura-se ressaltar os aspectos que possam contribuir de forma positiva para as actividades em curso e para a progressiva melhoria do actual programa e dos seus impactos no território. Em particular, são estudados os domínios e tipologias de intervenção dos projectos seleccionados, bem como os resultados obtidos, a partir dos quais se opta por agrupar estas intervenções segundo dois grupos temáticos: “Riscos” e “Biodiversidade e valorização de recursos”. Com base nesta análise, são tipificadas medidas para difundir informação e outras para implicar actores, que constituem o suporte para uma estratégia de capitalização cujo objectivo último será o *estabelecimento de um plano de acção no domínio do ambiente no território do sudoeste europeu.*

Índice

RESUMO	IV
ÍNDICE	V
INTRODUÇÃO	7
1. O AMBIENTE NA COOPERAÇÃO TERRITORIAL	8
<i>1.1. Um curriculum verde – a importância da dimensão ambiental na definição da União Europeia</i>	8
<i>1.2. O valor acrescentado da Cooperação Territorial no domínio ambiental (e vice-versa)</i>	10
2. SUDOESTE EUROPEU: UM PROGRAMA, UM TERRITÓRIO	14
<i>2.1. O Programa de Operacional de Cooperação Territorial Espaço Sudoeste Europeu – estrutura</i>	14
<i>2.2. O Espaço Sudoeste Europeu – o contexto sócio-económico na base do programa operacional</i>	15
<i>2.3. As características básicas do património ambiental do SUDOE</i>	19
2.3.1. Ameaças ambientais	20
2.3.2. Biodiversidade.....	21
2.3.3. Recursos hídricos	22
2.3.4. Riscos e fenómenos naturais extremos	23
2.3.5. Meio Ambiente urbano e gestão de resíduos urbanos e industriais	24
3. ANÁLISE DOS PROJECTOS DO INTERREG IIB SUDOE	25
<i>3.1. Os sócios dos projectos</i>	26
<i>3.2. Domínios de intervenção e resultados obtidos pelos projectos</i>	28
3.2.1. Domínio genérico.....	28
3.2.2. Domínio específico	30
3.2.3. Tipologia de intervenção	31
3.2.4. Produtos e resultados	35
<i>3.3. Principais conclusões – lições a retirar dos projectos analisados</i>	38
4. A CAPITALIZAÇÃO	42
<i>4.1. Capitalizar resultados – algumas abordagens possíveis</i>	42
<i>4.2. Objectivos e propostas de acções de capitalização</i>	43
4.2.1. Medidas para difundir a informação	47
4.2.2 Medidas para implicar actores.....	49

4.3. Soluções de implementação	51
FONTES CONSULTADAS.....	54
ANEXOS	56
<i>Anexo 1 – dados socioeconómicos do território do sudoeste europeu.....</i>	<i>56</i>
<i>Anexo 2 – nomenclatura de classificação dos actores implicados em projectos do PO SUDOE</i>	<i>57</i>
<i>Anexo 3 – classificação das temáticas abordadas e tipos de intervenções realizadas em projectos do PO SUDOE.....</i>	<i>58</i>
<i>Anexo 4 – fichas de projecto.....</i>	<i>59</i>

Introdução

O presente relatório foi elaborado no âmbito do estágio realizado entre Outubro de 2009 e Março de 2010 no Secretariado Técnico Conjunto do Programa Operacional Sudoeste Europeu (PO SUDOE), estrutura que depende da empresa pública SOGIESE, detida integralmente pelo Gobierno de Cantabria e cujas funções são a gestão, controlo e execução do PO SUDOE.

O Secretariado Técnico Conjunto (STC) foi a estrutura que acolheu a realização do estágio e tem como principais funções o apoio a todos os momentos e níveis de execução do Programa. Em especial, tem como missão apoiar a Autoridade de Gestão, o órgão responsável pela eficácia e regularidade da gestão e pela boa execução do Programa, estando também encarregue da posta em marcha das decisões adoptadas pelos outros órgãos do Programa.

Considerando a importância que os desafios ambientais representam na estratégia e políticas comunitárias e, ao mesmo tempo, a sua relevância para o território específico do sudoeste europeu, foi estabelecido como objectivo final deste estágio a *proposta de algumas linhas estratégicas para a capitalização de resultados obtidos em projectos de temática ambiental executados no Espaço SUDOE no período de programação 2000-2006*.

Para tal, fixaram-se como objectivos intermédios: num primeiro momento, a identificação de resultados e boas práticas em projectos desenvolvidos no anterior Programa SUDOE (2000-2006), nas Prioridade II e IV – “Gestão do património cultural e natural e promoção do meio ambiente” e “Reforço do conhecimento do território através de acções comuns na óptica da afirmação da identidade do SUDOE”, respectivamente –e, num segundo momento, a definição das bases para a sua capitalização ao largo do actual período de programação.

Foram considerados, dentro destas prioridades, 15 projectos, correspondendo a 30,61% dos projectos de temática ambiental aprovados e desenvolvidos no âmbito destas prioridades e a 17,24% do total de projectos aprovados no período de programação 2000-2006.

A análise desta amostra centrou-se na identificação e compilação, em primeiro lugar, de alguns dados sobre os actores, territórios e modos de abordagem aos desafios da temática do PO. Em especial, foram identificados os tipos de actores segundo a nomenclatura utilizada pelo PO (anexo 1), regiões de actuação (NUTs II e III), bem como resultados obtidos e produtos gerados. Para cada um dos projectos, foi realizada uma ficha com toda a informação relevante aqui utilizada. (anexo 3)

Desta identificação, procedeu-se à organização de um quadro estratégico com vista à sua articulação eficiente com o desenvolvimento do programa operacional actual.

1. O ambiente na cooperação territorial

1.1. Um curriculum verde – a importância da dimensão ambiental na definição da União Europeia

Pouco mais de 50 anos após a assinatura do Tratado de Roma, a Europa evoluiu de uma estrutura política com vista à manutenção da paz através da construção de um mercado interno livre e forte para um espaço mais “inteligente”, que acrescentou aos princípios iniciais preocupações muito mais complexas, nas quais o ambiente tem hoje um papel fundamental.

Esta promoção do ambiente como centro do debate, apesar de consequência inicial de situações de crise (quer a primeira crise do petróleo, quer os desastres ambientais de Seveso, Chernobyl ou os mais recentes acidentes com os petroleiros Erika, Exxon Valdez e Prestige) afirma-se gradual e posteriormente pela consciência de que o ambiente pode representar uma oportunidade de desenvolvimento. Esta mudança pode ser sinteticamente descrita a partir da análise de Ulrich Beck, sobre a afirmação de uma sociedade do risco, que constitui a passagem de uma primeira modernidade (industrial) – com uma sociedade estatal e nacional, estruturas colectivas, pleno emprego, rápida industrialização, exploração da natureza não “visível” – a uma segunda modernidade – na qual são postas em causa as assunções fundamentais, as insuficiências e as antinomias da primeira modernidade, enfrentando o desafio de cinco processos: a globalização, a individualização, o desemprego, o subemprego, a revolução dos géneros e os riscos globais da crise ecológica e da turbulência dos mercados financeiros (Beck 2006).

Parece-nos assim evidente que se o fito inicial foi o de construir um espaço de paz, economicamente forte e uno, relativamente cedo se mostrou imprescindível acautelar a dimensão ambiental nesse esforço. De facto, muito embora o ambiente seja referido como política da União Europeia (UE) apenas em 1986, no Acto Único Europeu, a produção legislativa comunitária sobre temas ambientais tem mais de 30 anos.

Não obstante, é o Acto Único Europeu que marca a afirmação definitiva da consciência ambiental como dimensão basilar da Europa, com a introdução dos princípios do “poluidor pagador”, “da prevenção” e “da reparação na fonte”, conferindo outro estatuto à legislação crucial que desde os anos 1970's foi posta em prática. Em 1992, o Tratado de Maastrich introduziu um quarto princípio determinante, o da precaução, que em conjunto com os anteriores norteará a produção legislativa até ao presente.

E essa produção é claramente indiciadora destas preocupações se atendermos à repartição temática do repertório da legislação comunitária em vigor: um quarto dos 20 temas listados no EURLex está

directamente relacionado com o Ambiente e a Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável – agricultura, pescas, energia, política de transportes e ambiente.

No total, o número de normativos nestas matérias ascendia, em 1 de Novembro de 2009, a 5921, o equivalente a cerca de 35% dos 17.356 normativos comunitários produzidos e em vigor a essa data. Estes valores, na medida em que se baseiam em categorizações abrangentes, permitem apenas supor tendências sendo óbvio que apenas uma busca exaustiva poderia sustentar afirmações precisas sobre a percentagem de legislação ambiental comunitária. Não sendo esse o objectivo deste trabalho, importa fundamentalmente notar que hoje grande parte dos aspectos ambientalmente mais sensíveis está contemplada na normativa em vigor. De tal modo assim é, que apenas para o solo não há ainda uma directiva-quadro que estabeleça um plano de acção e enquadramento preciso. Todavia, está já disponível a proposta de directiva apresentada pela Comissão (comunicação COM(2006)231) que sintetizará uma quantidade apreciável de regulamentação dispersa. Com excepção deste ponto, a UE já produziu, entre outros documentos, directivas quadro e regulamentos sobre a qualidade do ar, gestão de resíduos, qualidade, tratamento e gestão da água, protecção da natureza, organismos geneticamente modificados e gestão e controlo de Acidentes Industriais Graves.

Mas a acção da UE não se limita à actividade legislativa, ou a convenções como a Convenção Europeia da Paisagem. O esforço de implementação destas normativas e da promoção da coesão territorial, económica e social deste espaço traduz-se em programas concretos associados a estas normas, de que são exemplos óbvios, redes de maior ou menor dimensão como a Reserva Biogenética – rede de reservas constituída pelo Conselho da Europa com base na Convenção de Berna, a Rede Natura 2000 – que resulta da implementação da Directiva Aves e Directiva Habitats –, ou reconhecimentos como o Prémio de Cidade Capital Verde Europeia – lançado em 2008 para ser atribuído pela primeira vez durante o ano de 2010.

A transposição destes esforços para os agentes no território faz-se ainda através do apoio a programas de investigação e desenvolvimento no âmbito, entre outros, dos sucessivos Programas-Quadro ou do programa de apoio à conservação da natureza Life (agora LIFE +), que desde 1992 co-financiou cerca de 2750 projectos para a preservação do ambiente com perto de 1,35 mil milhões de euros (M€).

Actualmente, uma dinâmica inovadora começa a surgir a partir da vontade de Estados/Regiões, resultado de programas de cooperação transnacionais como o INTERREG, em torno de uma preocupação ambiental que se assume como traço identitário de uma macro-região e aspecto aglutinador da acção desses diferentes Estados-Membros/Regiões. Em particular, a mais importante parece ser a Estratégia Europeia para a Região do Mar Báltico, sobre a qual foi adoptada uma comunicação da Comissão COM(2009) 248, de 10 de Junho. Reconhecendo a interdependência das regiões envolvidas e a partilha de desafios e recursos em torno do Mar Báltico, a UE avança para o

reconhecimento da afirmação dessa macro-região em torno dos desafios e oportunidades identificados desde há muito e que geraram dinâmicas como a Helsinki Commission (HELCOM), ou os projectos de cooperação transfronteiriça e transnacional aprovados no âmbito dos Programas INTERREG desenvolvidos na área desde 1989. A perspectiva ambiental assume-se, em qualquer destes exemplos, como o motor e o *leit motiv* de qualquer actuação, começando a ser replicadas em escalas distintas, com geografias e geometrias variáveis: das regiões atravessadas pelo rio Danúbio a algumas iniciativas de cooperação transfronteiriça entre as regiões do Norte de Portugal e Galiza.

1.2. O valor acrescentado da Cooperação Territorial no domínio ambiental (e vice-versa)

No actual período de programação (2007-2013) a “Cooperação Territorial Europeia” surge como um dos três objectivos da Política Regional e assume-se como a verdadeira diferença face ao período anterior. Com base na antiga iniciativa comunitária INTERREG, visa reforçar a cooperação aos níveis transfronteiriço, transnacional e inter-regional, com financiamento pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – da ordem dos 7,75 mil milhões de euros (ou seja, 2,52% do total disponível para a Política Regional: 308,041 mil milhões de euros).

Embora a percentagem esmagadora das verbas disponíveis para este eixo da política comunitária estejam sobretudo afectas aos objectivos “Convergência” e “Competitividade Regional e Emprego”, convém notar que a “oficialização” da cooperação territorial como objectivo é o reconhecimento da sua importância para a construção europeia e o reforço da sua coesão.

Este propósito é materializado através dos programas operacionais de cooperação territorial e das redes que, no actual período de programação ascendem a 66 programas do tipo “INTERREG” e 3 programas de “redes de cooperação” (ESPON, URBAN e INTERACT).

Apesar de adaptados a distintas áreas geográficas e perspectivas de intervenção, todos estes programas partilham e integram nas suas prioridades um eixo ambiental, em consonância com a Estratégia de Gotemburgo e a definitiva viragem verde que, pelo menos no papel, esta representa.

A vinculação ao território destes esforços de cooperação não permitiria, aliás, obliterar a dimensão ambiental das actuações, tanto mais que os documentos de prospectiva sobre o espaço europeu apontam sempre para os desafios ambientais futuros.

O recente documento de trabalho elaborado pela Comissão Europeia (CE) *Régions 2020 – Évaluation des défis qui se poseront aux régions de l’UE* afirma claramente 4 áreas de interesse principais para as regiões europeias no médio prazo pelas vulnerabilidades associadas a: variação da demografia, efeitos da globalização, alterações climáticas e (in)sustentabilidade energética. Em especial para as regiões do

sul da Europa e Mediterrâneo, são destacados como mais prementes os desafios colocados pelos três últimos aspectos: globalização, alterações climáticas e energia.

A forma como cada um destes vectores tem impacto sobre o meio ambiente é variável mas inegável. Por exemplo, as projecções para a evolução da demografia e os fenómenos migratórios associados entre si, bem como com as questões económicas e do mercado laboral, são consideradas pelos impactos violentíssimos que podem ter nos ecossistemas. Um exemplo cabal do fenómeno é a litoralização de Portugal: o interior, cada vez mais deserto, é a zona mais sujeita a incêndios florestais e à desregulação de ecossistemas consolidados durante séculos graças a sistemas de ocupação e exploração do território agora abandonados. Simultaneamente, numa faixa estreita de menos de 50 km a partir do mar, concentra-se a construção massiva do pós-25 de Abril, agora ameaçada pelo aquecimento global e a erosão associada à dinâmica costeira.

De um modo mais amplo, incluindo as alterações climáticas no grande leque de riscos naturais que sempre ameaçam o território, importa constatar o seu relevo e impactos crescentes na economia e sociedade. Desde logo, as alterações do clima e de outros padrões ambientais têm um impacto cada vez maior nos diferentes sectores de actividade, da agricultura ao turismo, passando, necessariamente, pela coesão territorial, facto que as transforma em metonímia dos males que se lhes podem associar: do aumento da intensidade da erosão costeira, à seca e desertificação, mas também às cheias e inundações, para além dos riscos com especial impacto na saúde humana, como sejam as ondas de calor ou as vagas de frio.

Uma análise rápida dos dados disponibilizados pelo Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED) mostra claramente que a vulnerabilidade económica de um país é directamente proporcional ao seu estado de desenvolvimento, numa correlação sistemática entre a produção social de riqueza e a produção social de riscos (Beck 2001).

Figura 1. Prejuízos acumulados por tipo de desastre natural e continente em 2008

Damages (2008 US\$ bn)	Africa	Americas	Asia	Europe	Oceania	Global
Climatological 2008	0.4	2.0	21.9	0.0	0.0	24.4
<i>Avg. 2000-07</i>	0.0	2.4	1.1	3.5	0.4	7.4
Geophysical 2008	0.0	0.0	85.8	0.0	0.0	85.8
<i>Avg. 2000-07</i>	0.8	1.0	9.5	0.3	0.0	11.6
Hydrological 2008	0.3	12.1	3.7	1.3	2.1	19.5
<i>Avg. 2000-07</i>	0.4	1.9	9.7	7.7	0.3	19.9
Meteorological 2008	0.1	50.0	6.8	3.4	0.5	60.7
<i>Avg. 2000-07</i>	0.1	38.6	10.7	3.0	0.3	52.6
Total 2008	0.9	64.0	118.2	4.7	2.5	190.3
<i>Avg. 2000-07</i>	1.3	43.8	31.0	14.5	1.0	91.6

Fonte: CRED Annual Disaster, Statistical Review 2008 – The numbers and trends

Quanto aos aspectos relacionados com as questões energéticas, estreitamente ligadas à gestão ambiental, a persistência de um paradigma que assenta na crença de que os recursos não renováveis têm ainda uma reserva confortável pode deixar reféns uma razoável parte das regiões europeias, incapazes de, mais do que acautelar uma alternativa, trabalhar desde já num “novo mundo” inevitável. As projecções actuais¹ apresentam a este respeito um cenário deveras preocupante, em que a dependência energética da UE face ao exterior pode passar dos 53% do consumo total em 2005 a 67% já em 2030, deixando as economias europeias ainda mais à mercê das flutuações dos preços dos combustíveis fósseis.

Já a vulnerabilidade aos efeitos da globalização é apresentada como especialmente forte no caso dos países do Mediterrâneo e do sudoeste europeu, na medida em que se mantêm modelos económicos baseados em actividades de baixo valor acrescentado. Também neste aspecto o sector ambiental pode representar uma oportunidade no contexto actual, integrando políticas económicas e de desenvolvimento diferentes das implementadas nas últimas décadas.

Os efeitos económicos e sociais que estas projecções permitem antecipar são evidentes e indissociáveis de uma intervenção atempada e ambientalmente consciente, especialmente em programas ou intervenções claras sobre o território, como é o caso da política de cooperação territorial. O formato dos projectos INTERREG não pode por isso ignorar a intervenção nestas matérias. Estes projectos, distintos dos mecanismos de apoio à investigação pura ou ao investimento localizado, servem essencialmente para atalhar caminho na resposta a problemas comuns, pela constituição de redes (de conhecimento, de cooperação), transferência de saberes e práticas, mas também por intervenções estratégicas sobre o terreno.

Ao implicar directamente decisores políticos e técnicos, em escalas variadas da administração pública – do local ao nacional e até ao supranacional no caso dos Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial – e entidades privadas sem fins lucrativos, os projectos INTERREG permitem ainda (e têm como objectivo) facilitar a transferência de tecnologia e conhecimento entre os centros de saber e o tecido produtivo, mas também intervir ao nível da definição estratégica e política, influenciando a tomada de decisão, o desenho e implementação dos normativos técnicos e legais.

A cooperação territorial surge portanto como complemento às outras vertentes da política comunitária vocacionadas para a sustentabilidade ambiental e como facilitadora e criadora de pontes entre sectores e actores.

¹ *Régions 2020 – Évaluation des défis qui se poseront aux régions de l'UE*

Por outro lado, se um plano de actuação integrado pode resultar numa poupança de aproximadamente 45% do custo total de um conjunto de planos isolados (Kark et al., 2009), é inevitável a concentração de esforços e recursos na abordagem integrada e colaborativa no domínio ambiental.

Não sendo panaceia nem ovo de Colombo, parece claro que, se utilizado de forma eficiente, um projecto INTERREG pode complementar e levar mais longe esforços locais ou sectoriais de outra envergadura, recorrendo a quantidades e modelos de financiamento mais equilibrados e solidários.

2. Sudoeste Europeu: um programa, um território

2.1. O Programa de Operacional de Cooperação Territorial Espaço Sudoeste Europeu – estrutura

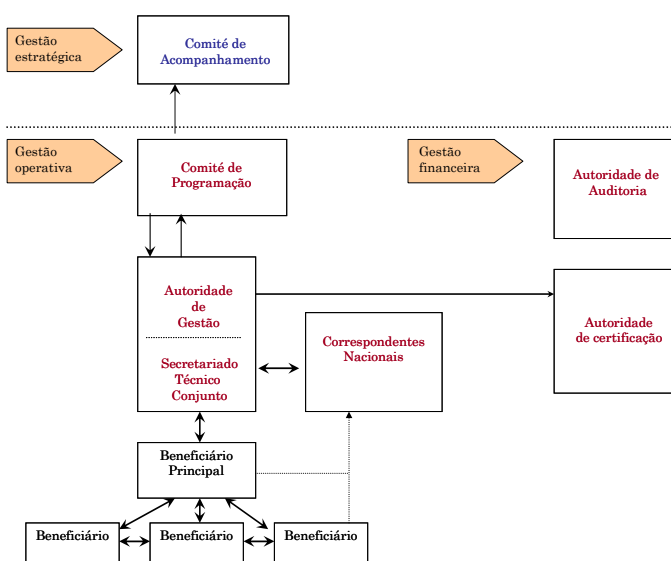
O SUDOUE é um programa de cooperação territorial destinado a apoiar o desenvolvimento regional, recorrendo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para co-financiar projectos de cooperação transnacionais.

O programa actual sucede à iniciativa INTERREG III B SUDOUE desenvolvida no período de programação anterior e foi elaborado pelos quatro Estados Membros (Espanha, França, Portugal e Reino Unido – Gibraltar) cujos territórios estão parcialmente incluídos na área de actuação do programa, tendo sido aprovado pela Comissão Europeia através da sua Decisão (2007) 4347, de 26 de Setembro de 2007.

O principal objectivo do SUDOUE é o de *consolidar o espaço sudoeste europeu como um espaço de cooperação territorial nos domínios da competitividade e da inovação, do ambiente, do desenvolvimento sustentável e do ordenamento do território, que contribua para assegurar uma integração harmoniosa e equilibrada das suas regiões no âmbito dos objectivos da coesão económica e social da União Europeia.*

As estruturas de gestão do Programa podem ser agrupadas, em função do papel que desempenham – de carácter estratégico, operativo ou financeiro – segundo o esquema:

Figura 2. Estrutura organizativa do PO



2.2. O Espaço Sudoeste Europeu – o contexto sócio-económico na base do programa operacional

MAPA 1. AS REGIÕES ENVOLVIDAS NO PO SUDOE



Fonte: PO SUDOE 2007-2013

O Programa SUDOE abarca a região do sudoeste da Europa, englobando, grosso modo, a Península Ibérica e os Pirenéus, numa área total de 770.120 km², cerca de 18,2% do total da UE-27 e uma população total da ordem dos 66.982.140 habitantes (dados de 2008). Abarca 30 regiões (NUTS II), em que se incluem a totalidade dos territórios continentais de Portugal e Espanha, além das ilhas Baleares, cidades autónomas de Ceuta e Melilla, Gibraltar e seis regiões francesas da zona dos Pirenéus ou adjacentes. Por países:

Espanha – Andalucía, Aragón, Asturias, Ilhas Baleares, Cantábria, Castilla y León, Castilla-La Mancha, Cataluña, C. Valenciana, Extremadura, Galicia, C. Madrid, Región de Murcia, Comunidade Foral de Navarra, País Basco, La Rioja, Ceuta e Melilla.

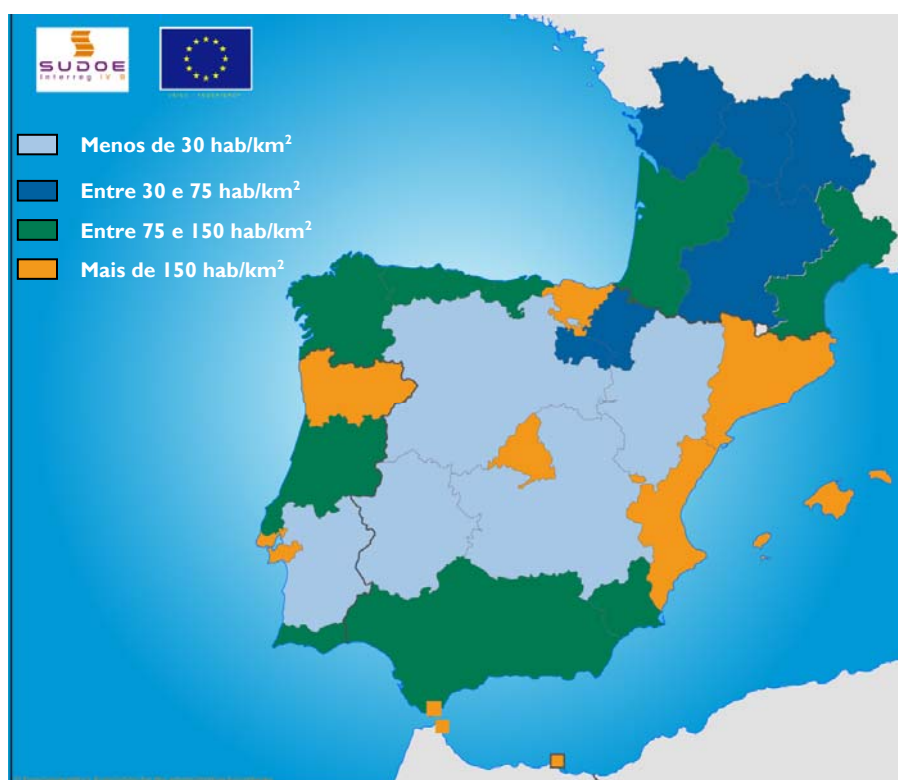
França – Poitou-Charentes, Aquitaine, Midi-Pyrénées, Limousin, Auvergne e Languedoc-Roussillon.

Portugal – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve.

Reino Unido – Gibraltar.

Os dados socioeconómicos disponíveis (anexo 1) mostram uma distribuição de população relativamente irregular por regiões e, de algum modo, demonstram a dificuldade em identificar claramente padrões genéricos de ocupação do território e eixos tendencialmente mais urbanos/rurais. Ainda assim, é possível identificar como centros principais as Comunidades de Madrid e Lisboa, a Catalunha, o País Basco e, num segundo nível, a Comunidade Valenciana, as Ilhas Baleares e a Região Norte.

MAPA 2. DENSIDADE POPULACIONAL NAS REGIÕES DO SUDOE, EM 2008



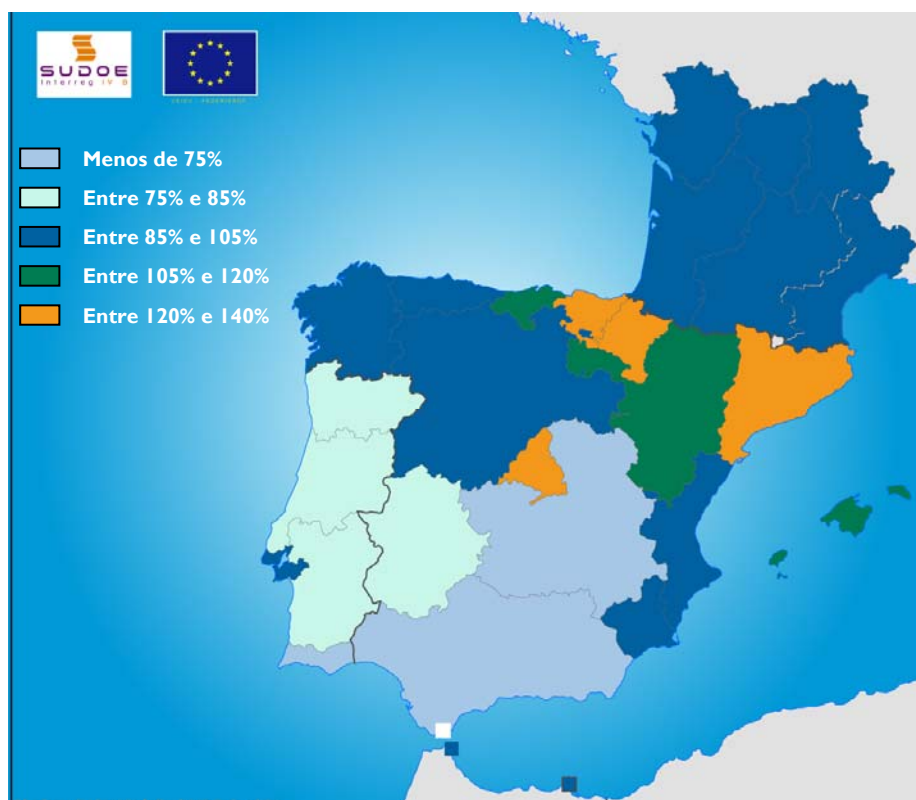
Fonte: *Elaboração própria a partir de dados do Eurostat*

Estas regiões estão ancoradas em cidades médias e grandes, em torno das quais se estabelecem áreas metropolitanas de maior ou menor dimensão, com graus de especialização sectorial por vezes significativos. Todavia, não parece razoável considerar que o sudoeste europeu seja um território essencialmente urbano ou especialmente organizado em torno de uma rede bem marcada de cidades. Ainda assim, segundo o próprio Programa Operacional, além destes pólos, *pode comprovar-se a existência de um número importante de pequenas cidades que, em meio rural, estabelece o grau de ordenamento do interior do território. O grande problema destas cidades é a sua interligação com outras áreas e cidades de maior dimensão e identidade, assim como a manutenção da dinâmica de desenvolvimento económico e demográfico, para além do seu próprio potencial endógeno.*

Por último, encontram-se também zonas rurais onde mais se focalizam e são mais visíveis as políticas tradicionais dos fundos comunitários, com o fim de proporcionar um apoio adicional à sua diversificação económica, desde uma especialização muito marcada dentro do complexo agrícola a outro conjunto de actividades mais orientadas para o sector dos serviços, como o turismo.

De acordo com os dados sintetizados pelo Programa (onde se assume os riscos da simplificação adoptada) no mapa 4 e anexo 1, é possível identificar o profundo desequilíbrio entre as NUT's II do espaço SUDOE. Alguns dados imediatos: as 4 áreas consideradas mais desenvolvidas distribuem-se de forma pouco estruturada sobre o território, correspondendo às duas capitais e a duas áreas fortemente industrializadas – Catalunha e País Basco – sem que estas quatro estejam unidas por (ou resultem como rede da existência de) eixos rodo-ferroviários modernos completos. Estas 4 NUT's concentram cerca de 28% da população total do SUDOE, numa área que corresponde a 6,5% da superfície do espaço, o que se traduz numa densidade populacional de 370 habitantes por km², mais de 4 vezes a média de 87 hab/km² correspondente ao total das regiões (dados relativos a 2008). De resto, é evidente da leitura do mapa 2 que quanto mais “longe da Europa”, mais pobres são as regiões, sendo os territórios mais a sul os únicos que, com excepção da zona de Lisboa e Vale do Tejo, mantinham uma paridade de poder compra inferior a 75% da média da UE 27 (dados de 2007).

MAPA 3. PIB PER CAPITA PARIDADE DO PODER DE COMPRA NO SUDOE (EU27=100)



Fonte: *Elaboração própria a partir de dados do Eurostat*

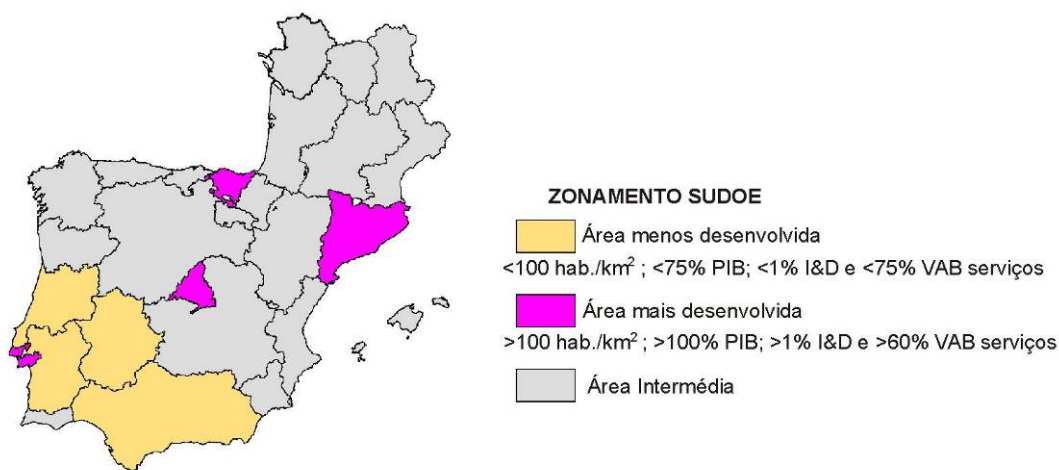
No campo oposto, uma faixa contínua de 4 NUT's (Centro, Alentejo, Extremadura e Andaluzia) constitui a porção menos desenvolvida do sudoeste europeu. No conjunto destas regiões vive 18,6% da população numa área que corresponde a cerca de um quarto (24,52%) do território abrangido pelo Programa, de que resulta uma densidade populacional de 65,86 hab./km² (dados de 2008).

Nas demais regiões, fixa-se pouco mais de metade da população, num território que corresponde a cerca de ¾ da área total do espaço. As assimetrias e a heterogeneidade desta grande área são profundas e uma análise com outros critérios permite, evidentemente, destacar essas diferenças.

No âmbito do Programa, e do presente trabalho em particular, resulta sobretudo importante a constatação de eixos urbanos e litorais com altas densidades de ocupação, crescentes sobretudo desde o final das ditaduras portuguesa e espanhola, por oposição a zonas rurais cada vez mais desertificadas, seja na planura do interior da península, seja ao longo dos principais eixos montanhosos do espaço.

Os desafios da dualidade rural-urbano, o policentrismo, a vertebração do espaço através da afirmação de redes de cidades de média dimensão, que permitam um desenvolvimento sustentado e a gestão equilibrada do território e dos seus recursos (ambientais) constituem por isso, desafios claramente identificados pelo Programa SUDOE desde o início.

MAPA 4. MODELO TERRITORIAL DO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL DO SUDOE



Fonte: PO SUDOE (Elaboração a partir de dados do Eurostat)

2.3. As características básicas do património ambiental do SUDOE

A Avaliação Ambiental Estratégica e a análise realizada pelo próprio programa operacional na sua preparação recolhem os aspectos fundamentais das características paisagísticas, biodiversidade e desafios ambientais do território do sudoeste europeu.

Com base nestes trabalhos, podemos afirmar que este é um território com uma riqueza e diversidade biológica assinalável, uma geografia variada e um elevado valor ambiental. A heterogeneidade do espaço traduz-se bem nas diferenças de topografia: da costa atlântica portuguesa aos 3404 metros do Monte Aneto nos Pirenéus, o território do sudoeste europeu evolui das planícies do sul para a famosa meseta ibérica, pontuado por algumas formações importantes ao centro e norte de Portugal e Espanha, como as serras da Estrela, Marão, Picos da Europa e a cordilheira Cantábrica, até aos Pirenéus, impressionante remate que une/separa a Península Ibérica do resto da Europa.

A maior parte do território situa-se numa zona climática mediterrânica, cruzando-se com uma zona de clima oceânico temperado, caracterizado por precipitações regulares ao longo de todo o ano e uma zona de clima árido, definida por precipitações escassas e irregularmente repartidas pelo território.

O território é ainda marcado por um conjunto significativo de rios, com extensões relevantes, de que se destacam Tejo (1007 km), Douro (927 km), Ebro (910 km), Guadiana (829 km) e Guadalquivir (657 km).

A riqueza e variedade das paisagens do SUDOE é reconhecida como um dos seus recursos mais importantes, alternando as diferentes unidades paisagísticas que definem este território, como se disse antes, entre espaços de características mais urbanas com outros de pendor mais rural/agrário.

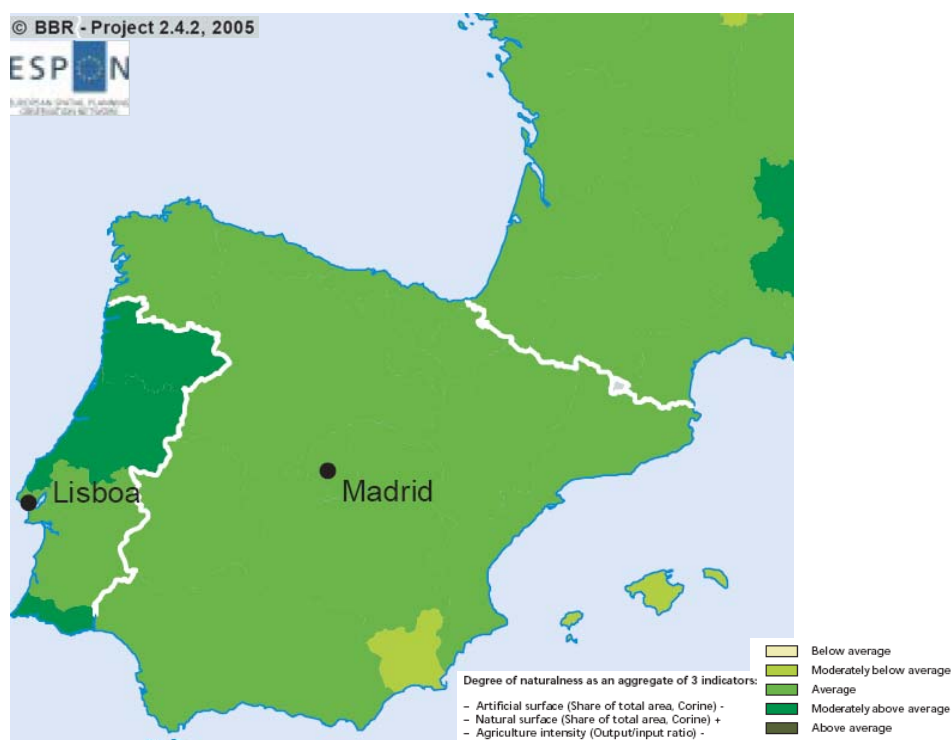
O número de áreas com valor natural reconhecido por alguma classificação legal nacional ou europeia ascende a 2.149 (dados de Outubro de 2009), repartindo-se do seguinte modo: Portugal continental – 89 sítios protegidos ocupando 1.829.978,19 ha (20,47% do território), Espanha, incluindo Canárias, – 1440 sítios cobrindo 5.952.226 ha (11,8% da superfície total do país) e França – 620 sítios, repartidos pelas diferentes NUT2 englobadas no espaço SUDOE da seguinte forma: Aquitaine (149 sítios), Auvergne (95 sítios), Languedoc-Roussillon (141 sítios), Limousin (36 sítios), Midi-Pyrénées (115 sítios), Poitou-Charentes (84 sítios).

A título meramente indicativo, recorreremos à ilustração seguinte (mapa 5) para uma representação grosseira da variação da “Naturalidade” no Espaço SUDOE. Este mapa combina três indicadores: a superfície artificial, a superfície natural e a intensidade agrária. O verde mais escuro representa níveis altos de naturalidade, isto é, acima da média da UE, e o inverso corresponde ao verde mais claro. Não obstante, esta informação está detalhada, na ferramenta do ESPON utilizada, apenas para NUT2, o que inviabiliza leituras mais aprofundadas. De facto, a essa escala, a heterogeneidade do espaço promove a dissolução das pequenas áreas mais conservadas e redundam num grau médio de naturalidade, quase

homogéneo em todo o território. Por isso surgem os níveis de maior naturalidade nas regiões do norte e centro de Portugal, devido à existência de espaços naturais significativos, à agricultura extensiva e a uma densidade populacional que produzem estes resultados à escala NUT 2. Pelas mesmas razões, a zona com menor naturalidade aparece no sudeste peninsular, neste caso, devido sobretudo à intensidade da actividade agrária e à forte urbanização do território.

Com um nível de desagregação maior, seriam expectáveis valores mais altos nas zonas de montanha e espaços naturais, e mais baixos em redor das metrópoles, das cidades e nas zonas costeiras com uma elevada densidade de população e elevada intensidade de usos da agricultura e da actividade turística, como é o caso flagrante da costa algarvia ou do litoral norte.

MAPA 5. NATURALIDADE NO SUDOE



Fonte: BBR Project. ESPON (European Spatial Planning Observation Network)

2.3.1. Ameaças ambientais

No diagnóstico prévio à elaboração do PO, foi identificado um conjunto relevante de debilidades no ambiente, destacando-se, do ponto de vista da estruturação das intervenções, as necessidades de melhorar a conservação e gestão dos recursos naturais compatibilizando-a com as intervenções de modernização dos sectores económicos e produtivos do SUDOE.

Assumem particular importância nesta análise (AAE e SWOT), as necessidades de melhorar a gestão dos recursos hídricos e a energia, assim como da conservação da Rede Natura 2000. A melhoria na

gestão dos recursos endógenos é também relevante para a valorização do importante património natural do SUDOE, de modo a incrementar as oportunidades de desenvolvimento sustentável regional e municipal.

O diagnóstico identificou um aumento no uso de recursos hídricos e energia, associado, entre outras causas, ao crescente dinamismo urbano e a necessidades de transporte (indissociáveis do uso do veículo privado) e ao aumento do transporte aéreo. As pressões sobre o ambiente resultam ainda do reforço das redes de infra-estruturas que sustentam estes crescimentos – infra-estruturas de transportes, energia e telecomunicações – que induziram impactos sobre a paisagem e a biodiversidade, sobretudo devido à fragmentação do espaço. Finalmente, é referida a prevalência de alguns riscos naturais ou antrópicos como sejam incêndios, sismos e movimentos de terreno, seca e inundações, erosão e desertificação, ondas de calor e vagas de frio. Estas ameaças, cujo impacto depende em grande medida da ocupação do território, são necessariamente agravadas pelo cenário actual de alterações dos padrões climáticos.

Não obstante, são reconhecidos progressos na gestão sustentável de resíduos urbanos e industriais assim como um grande esforço na melhoria das infra-estruturas para serviços ambientais: ciclo integral da água, gestão dos resíduos, sustentabilidade do transporte e energias alternativas, etc.

Em virtude deste contexto, é assumido que as principais ameaças que pendem do ponto de vista ambiental sobre o espaço SUDOE são as relacionadas com a perda de biodiversidade, esgotamento de recursos hídricos e do solo, má gestão de resíduos urbanos e industriais, riscos naturais e fenómenos extremos, agravados em muitos casos pelas alterações climáticas em curso.

2.3.2. Biodiversidade

A biodiversidade encontra-se afectada pela conjugação de distintos factores, na sua maioria já referidos, traduzindo-se na diminuição do número de espécies e de habitats. Em parte, devido ao incremento na procura de recursos e à intensificação dos usos do solo em algumas áreas (pela exploração agrária intensiva, o turismo intensivo, a expansão do tecido urbano, os transportes, a desflorestação, os processos de industrialização e os grandes projectos de infra-estruturas, que destroem, modificam e fragmentam os ecossistemas), mas também pelo abandono da actividade agropecuária e de pastoreio tradicionais nas zonas interiores, cada vez menos povoadas, onde os usos ancestrais desempenhavam um papel fundamental na prevenção de diversos riscos e, daí, na preservação de espécies e do equilíbrio dos ecossistemas.

Este abandono de territórios e práticas contribui assim duplamente para a perda da biodiversidade: pela contribuição para o aumento da pressão urbana por um lado e pela “negligência” face aos espaços mais rurais.

Os dados disponíveis, embora escassos, são preocupantes: em Espanha, o Catálogo Espanhol de Espécies Ameaçadas (Ley 42/2007), identifica um total de 610 espécies ameaçadas, das quais 166 em perigo de extinção, 21 sensíveis à alteração do seu habitat, 61 vulneráveis e 362 de Interesse especial; Em Portugal, estão 277 espécies de vertebrados recenseados no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal;

Em França, de entre 4500 espécies endógenas (vegetais e animais) identificadas, 943 estão ameaçadas, 387 consideradas em perigo ou ameaçadas e 70 são já raras. Além destas, 25 estão consideradas extintas.

2.3.3. Recursos hídricos

Os estudos referidos identificaram problemas de gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista da qualidade quer da quantidade. A disponibilidade da água é condicionada, em primeiro lugar, por níveis de pluviosidade que oscilam de forma notável segundo as diferentes zonas do território: zonas sub-desérticas do sudeste e noroeste de Espanha, onde são frequentes os anos em que não se atingem os 350 mm; e zonas atlânticas do sudoeste onde se superam os 2.000 mm. Considerando a distribuição dos sistemas de aglomeração populacional e as actividades desenvolvidas com as disponibilidades das diferentes bacias, conclui-se que distribuição segundo bacias hidrográficas aponta para maiores problemas com o défice entre oferta e procura nas bacias do sudeste, e menores problemas nas do norte, cujas dificuldades principais estão relacionadas com a contaminação.

A agricultura continua a ser a principal actividade consumidora de água, (mais de 75% dos consumos) em resultado da expansão do regadio. Este facto, associado ao aumento da concentração urbana e ao dinamismo industrial já referido, tem provocado um aumento da exploração e a deterioração da qualidade dos recursos hídricos, em consequência também do recurso generalizado à água subterrânea. Esta opção acaba por potenciar os problemas de esgotamento, contaminação ou salinização dos aquíferos por excesso de uso agrário e, em menor escala, de abastecimento, sobretudo nas regiões mediterrânicas do SUDOE.

Nas áreas costeiras, os problemas centram-se na qualidade das águas litorais, cuja deterioração resulta do aumento da carga contaminante como consequência dos efluentes industriais e do considerável aumento do número de embarcações de recreio ou para transporte de mercadorias.

Finalmente, também as redes de abastecimento públicas apresentam debilidades importantes, como sejam as perdas de água nos sistemas de distribuição e as carências dos sistemas de depuração em algumas áreas.

As deficiências na implementação da Directiva Quadro da Água no território do SUDOE, associadas a outros fenómenos como as alterações climáticas, a expansão da urbanização em algumas áreas e a

desertificação de outras, amplificam os efeitos de outras realidades como a seca, os processos de erosão e contaminação dos solos, etc.

2.3.4. Riscos e fenómenos naturais extremos

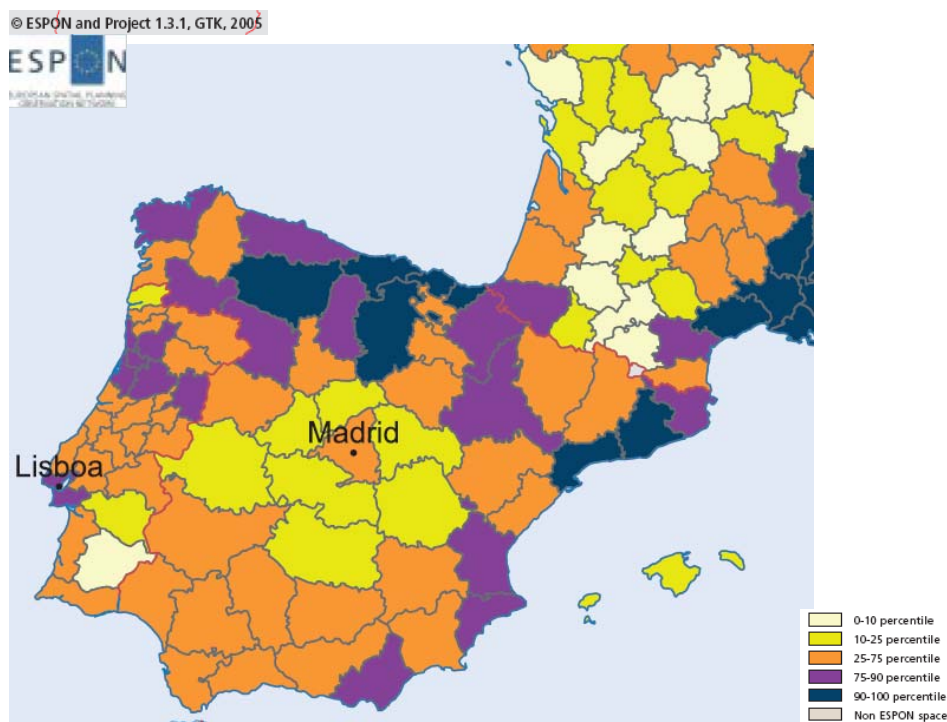
Foram identificados como riscos naturais mais importantes na zona SUDOE os incêndios florestais, as inundações, a seca, a desertificação e erosão dos solos, assim como os movimentos de vertente e os terremotos. A estes, acrescem fenómenos com impactos relevantes na saúde pública, como é o caso das ondas de calor e das vagas de frio, para além do agravamento da susceptibilidade e perigosidade da quase totalidade destes riscos em consequência das alterações dos padrões climáticos.

Recorrendo novamente aos dados do ESPON, a imagem seguinte ilustra, à escala NUT3, as áreas mais vulneráveis a um conjunto variável de riscos. Isto é, com base em 15 indicadores quantificados e agregados de modo a medir a importância de cada risco, foi desenhado o mapa que indica as áreas com maior ou menor probabilidade de ocorrência de mais do que um tipo de risco.

No mapa observa-se que as regiões de maior susceptibilidade, de cor roxa e azul escuro se encontram no noroeste cantábrico, sobre o noroeste do SUDOE, nas regiões costeiras do levante mediterrânico, no norte de Portugal e na região de Lisboa.

As zonas menos susceptíveis a riscos naturais estão assinaladas a amarelo, com destaque para o centro sul das regiões francesas pertencentes ao SUDOE e o interior alentejano.

MAPA 6. RISCOS NATURAIS AGREGADOS NO SUDOE



Fonte: BBR Project. ESPON (European Spatial Planning Observation Network)

2.3.5. Meio Ambiente urbano e gestão de resíduos urbanos e industriais

Finalmente, constata-se a importância da gestão do meio ambiente urbano e dos resíduos urbanos e industriais. Conforme se disse já, tem-se verificado uma progressivamente maior concentração da população nas cidades, facto que gera necessidades e impactos de larga escala: da qualidade do meio urbano por via do incremento do tráfego e da congestão, assim como do maior consumo de energia e da implementação e ampliação de infra-estruturas de todo o tipo, quer na estruturação do território de cada cidade, quer na expansão desses espaços urbanos e nas ligações entre estes.

Um factor essencial nesta problemática é a gestão sustentável de resíduos, com vista a evitar a perda de materiais e energia, sendo para isso fomentada a sua redução, recuperação e reciclagem. Note-se que, em 2006, quando a média de produção de resíduos nos 27 países da UE se situava nos 415 kg/hab./ano, em Portugal ascendia a 629kg/hab./ano, em Espanha baixava para 531kg/hab./ano e apenas em França se situava ligeiramente abaixo da média europeia, não ultrapassando os 404 kg/hab./ano.

É forçoso constatar que em algumas regiões do SUDOESTE ainda se observam problemas no tratamento de resíduos, causados em muitos casos pela incapacidade técnico-financeira municipal, mas também pela inexistência de estratégias a diferentes escalas, articulação entre diferentes patamares da Administração Pública, consciencialização da população e deficiente implementação de ferramentas de ordenamento do território ou mesmo da inadequação destas aos espaços a que se destinam.

3. Análise dos projectos do INTERREG IIB SUDOE

O programa INTERREG IIB SUDOE foi estruturado em 4 prioridades, por sua vez declinadas em 9 medidas específicas (3 nas primeiras duas prioridades, 2 na terceira e 1 para a quarta prioridade).

No total foram aprovados 87 projectos em duas convocatórias que resultaram em cinco decisões de aprovação: a primeira convocatória aprovou projectos numa primeira resolução e numa outra extraordinária e a segunda aprovou os restantes projectos em duas resoluções e numa outra extraordinária.

Para o presente trabalho foram considerados 15 projectos das prioridades 2 e 4, aprovados em diferentes convocatórias (12 da Prioridade 2 – Gestão do Património Cultural e Natural e Promoção do Meio Ambiente e 3 da Prioridade 4 – Reforço do conhecimento do território através de acções comuns na óptica da afirmação da identidade do SUDOE) o que corresponde a pouco mais de um sexto do total de projectos aprovados (17,24%) e a quase um terço do total de projectos desenvolvidos em áreas com algum vínculo à temática ambiental (30,61% do total de projectos aprovados nas prioridades 2 e 4). Com prazos de execução bastante distintos, de 17 a 51 meses (a média situou-se muito perto dos 35 meses), todas as acções tiveram lugar entre Janeiro de 2003 e Junho de 2008, sendo que o último projecto a terminar a fase de execução no anterior programa concluiu em Dezembro desse ano.

Esta selecção decorreu da opção por centrar a análise em projectos mais vincadamente associados à temática ambiental, preterindo aqueles que, embora grosso modo integrados na esfera do meio-ambiente, buscaram soluções mais ancoradas no turismo e/ou cultura. Um segundo filtro adoptado foi a exclusão daqueles projectos cuja actuação e resultados se revelaram insuficientemente concretizados para contribuir à formulação de estratégias de capitalização no actual período de programação.

Assim, por medidas, a distribuição dos projectos analisados é a seguinte:

medida	aprovados	analisados	%
Medida 1.1	2	0	0,00%
Medida 1.2	4	0	0,00%
Medida 1.3	25	0	0,00%
Medida 2.1 Preservar e melhorar o valor patrimonial dos espaços e dos recursos naturais, entre os quais os recursos de água: acções relativas à protecção do ambiente, derivadas de catástrofes naturais e/ou tecnológicas, tanto na sua vertente de limpeza como de prevenção	12	11	91,67%
Medida 2.2 Dinamizar a valorização criativa do património cultural	11	1	10,00%
Medida 2.3 Favorecer uma nova abordagem da gestão patrimonial e ambiental pelos actores	10	0	0,00%
Medida 3.1	4	0	0,00%
Medida 3.2	13	0	0,00%

Medida 4.1 Promover métodos, estruturas e ferramentas territoriais comuns na óptica da afirmação do SUDOE	6	3	50,00%
TOTAL	87	15	17,24%

O valor do co-financiamento FEDER atribuído a estes projectos ascendeu a cerca de 72,6 M€ (72.558.116,95 €), o que corresponde a 64,62% do investimento total (co-financiamento FEDER e contrapartida nacional) mobilizado pelos 87 projectos aprovados, aproximadamente 112,3 M€ (112.290.900,13 €).

3.1. Os sócios dos projectos

Relativamente às regiões NUT's II de origem dos participantes nos projectos abrangidos pelo estudo, estas cobrem parte significativa do território do SUDOE, incluindo 12 regiões espanholas, 5 francesas, 6 regiões portuguesas e o território de Gibraltar. Importa notar que, destes, no actual período de programação, o arquipélago dos Açores já não é considerado território elegível. A média de participações é assim de 3,5 instituições por região. As 5 regiões de Portugal continental apresentaram, no total dos 15 projectos analisados, um conjunto de 3 ou mais instituições, sendo que a delegação norte da Forestis – Associação de Florestal de Portugal e a AFLOPS – Associação de Produtores Florestais da Península de Setúbal participaram em 2 projectos cada uma. As regiões francesas de Aquitaine, Languedoc-Roussillon e Midi-Pyrénées também ultrapassam este valor médio e, das regiões espanholas, destacam-se a Comunidade Valenciana, Castela e Leão, Catalunha e Ilhas Baleares como as que mais participaram nos projectos analisados.

Região	NUT II	n.º benef.
Galícia	ES11	3
Principado de Asturias	ES12	3
Cantabria	ES13	2
País Vasco	ES21	1
Comunidad de Madrid	ES30	1
Castilla y León	ES41	4
Extremadura	ES43	2
Cataluña	ES51	4
Comunidad Valenciana	ES52	6
Islas Baleares	ES53	4
Andalucía	ES61	2
Región de Murcia	ES62	3
Aquitaine	FR61	9
Midi-Pyrénées	FR62	6
Limousin	FR63	1
Auvergne	FR72	1
Languedoc-Roussillon	FR81	8
Gibraltar	GIBR	1
Norte	PT11	4
Algarve	PT15	7
Centro	PT16	5
Lisboa	PT17	4
Alentejo	PT18	5
Açores	PT20	1
TOTAL		87

Destes 87 sócios receptores de FEDER a distribuição por países é a seguinte: Espanha 34; Portugal e França 26 cada um e Gibraltar 1 (fig. 4). A estes, estiveram associadas 59 outras instituições que acompanharam os projectos de forma mais ou menos indirecta, na categoria de “sócios associados” e

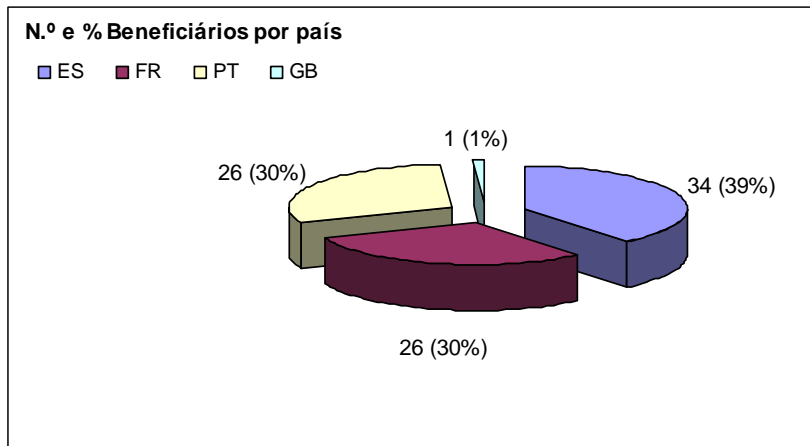


Figura 4. Distribuição dos beneficiários por país de origem

que, como tal, não receberam qualquer financiamento comunitário pela sua participação. De notar que esta repartição acaba por corresponder, em traços largos, ao peso de cada país no território do sudoeste europeu. Para efeitos de análise serão consideradas nos quadros apresentados ao longo deste capítulo apenas as entidades receptoras de FEDER e cuja participação activa no desenvolvimento dos projectos se encontra devidamente documentada.

As tipologias de entidades² envolvidas correspondem aos beneficiários potenciais típicos dos programas de cooperação e do programa SUDOE em particular: 42 representam colectividades territoriais de diferentes escalas e com distintos serviços, 16 são entidades representativas de sectores de

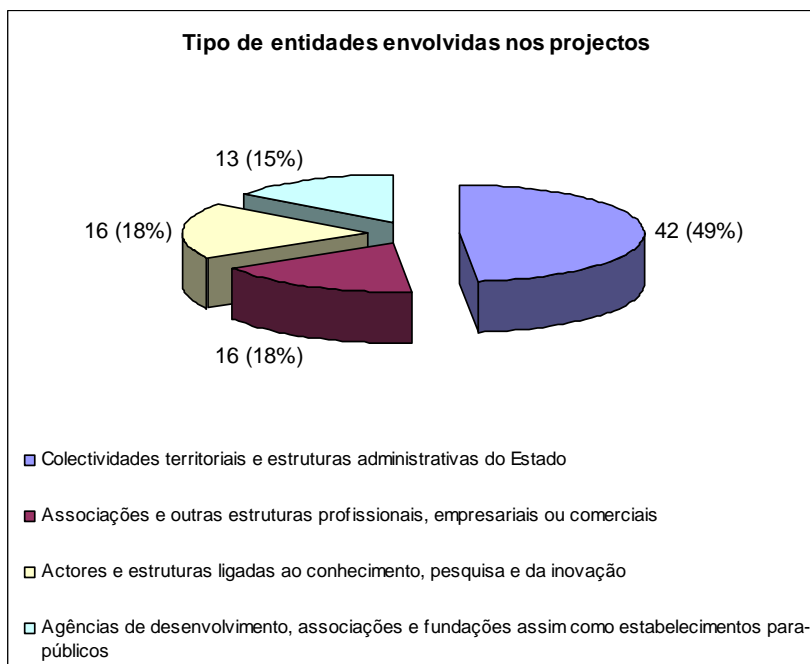


Figura 5. Distribuição dos beneficiários por tipologia

actividade ou profissionais, como câmaras de comércio ou associações de produtores, 16 são actores ligados à investigação, ensino e conhecimento, 13 são estruturas do tipo empresa pública ou similar, assim como agências de desenvolvimento ou fundações com atribuições aproximadas.

3.2. Domínios de intervenção e resultados obtidos pelos projectos

Neste ponto pretende-se realizar a análise mais detalhada das temáticas abordadas e tipos de intervenções realizadas pelos projectos do anterior programa aqui estudados. Pelo facto de esta análise ainda não ter sido levada a cabo, e com o fito de facilitar as comparações com as acções actualmente em curso, optou-se pela classificação adoptada na avaliação posta em prática pelo STC SUDOE aos projectos aprovados na primeira convocatória do actual programa e concluída ainda em 2009. A nomenclatura aí utilizada resulta da apropriação da terminologia e conceitos referidos no Programa Operacional (PO), especialmente a definição dos temas prioritários, assim como a análise pormenorizada do conteúdo das propostas de projectos recebidas, constituindo, deste modo, um ajuste a posteriori das categorias definidas no texto do PO.

Assim, foram definidas três categorias³:

Domínio genérico: refere-se aos grandes domínios temáticos nos quais é possível reagrupar os projectos apresentados.

Domínio específico: refere-se aos temas específicos sobre os quais os projectos se propõem intervir. Representa um maior grau de concretização da informação contida na categoria precedente, sendo por isso complementar a essa.

Tipologia de actuação: refere-se aos meios através dos quais se aborda as problemáticas identificadas. Em alguns casos, estes meios poderão coincidir com algum resultado final do plano de trabalho mas, sempre que possível, procurou-se diferenciar entre os resultados/produtos obtidos e as distintas abordagens às problemáticas, de tal forma que para cada projecto apenas uma tipologia de actuação foi identificada, independentemente do número de resultados alcançados.

3.2.1. Domínio genérico

Assim, e relativamente às temáticas abordadas pelos 15 projectos estudados, a distribuição por domínio genérico de intervenção pode então ser resumida na figura 7.

² ver anexo 2 para definição detalhada de cada uma destas tipologias

³ ver anexo 2 para definição detalhada de cada uma destas tipologias

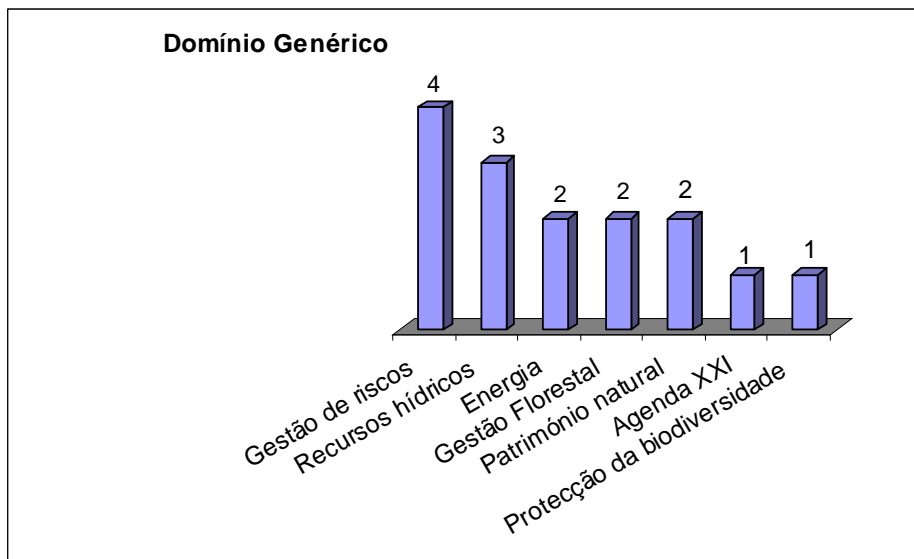


Figura 6. Distribuição dos projectos segundo domínio genérico

Desde logo, para evitar leituras enviesadas, esta distribuição não poderá ser considerada fora do contexto temporal em que estes projectos foram apresentados e desenvolvidos, isto é, na sequência da aprovação da Estratégia de Gotemburgo, em 2001, mas também no período de resposta a um conjunto de eventos dramáticos e com forte impacto mediático.

De facto, entre 2000 e 2004, um pouco por toda a Europa, e na Península Ibérica em especial, viveram-se fenómenos extremos como dois dos verões com os mais devastadores efeitos dos incêndios (em 2000 e 2003) e um inverno particularmente duro, como o de 2000/01, que registou cheias e inundações em alguns casos centenárias, a que se somaram movimentos de vertente e desastres tão graves quanto o desabamento da ponte de Entre-os-Rios. A estes, entre outros, haverá ainda que juntar o impacto no território do sudoeste europeu da catástrofe do navio Prestige, que teve início a 13 de Novembro de 2002, e levou ao derrame de 77.000 toneladas de fuelóleo ao largo da Galiza, com consequências alargadas a parte substancial do Golfo da Biscaia.

É neste quadro de sensibilização geral para a problemática “riscos” em diversas declinações, da sua associação ao valor patrimonial da paisagem e a uma expectativa – em grande parte impulsionada pelo exemplo dos países nórdicos – de aumento de financiamentos para este sector, que as preocupações ambientais se inclinam para a gestão de riscos ou áreas relacionadas com estes como a gestão de recursos hídricos ou a gestão florestal. Concretamente, no domínio genérico “gestão de riscos”, foram aprovados dois projectos centrados na reacção ao acidente com o Prestige, um outro associado aos riscos de movimento de vertente e um último dedicado à prevenção de incêndios.

Parece-nos também digno de nota o facto de a temática “energia” começar já a despertar um interesse que as actuais flutuações dos preços do petróleo e gás natural vieram confirmar no volume de

candidaturas apresentadas na mais recente convocatória. Neste caso, os dois projectos aqui identificados debruçaram-se nos domínios específicos da biomassa e da introdução de energias alternativas em territórios rurais. De referir ainda que, apesar da abordagem mais centrada na gestão florestal, um terceiro projecto tocou de forma atenta a produção de energia usando biomassa.

Simultaneamente, as temáticas que poderíamos considerar como mais “genéricas”, dedicadas à sensibilização para as questões ambientais e à promoção de comportamentos ambientalmente responsáveis, acabam por revelar-se pouco apoiadas pelo Programa, talvez em consequência de alguma maturidade dos actores/sociedade relativamente a estas matérias e/ou pela insistência em abordagens esgotadas ou muito pouco inovadoras.

Como informação complementar, refira-se que a evolução destes interesses na actual convocatória introduziu dois domínios que só agora começam a ser abordados de forma mais sistemática e que de algum modo confirmam uma certa tendência para seguir assuntos na “ordem do dia”: são estes as “alterações climáticas” e a “gestão de resíduos” que, embora identificados com anterioridade, só actualmente surgem em força nas candidaturas apresentadas.

3.2.2. Domínio específico

A análise anterior é complementada pela distribuição dos temas específicos associados a estes domínios genéricos, conforme se mostra na figura 7.

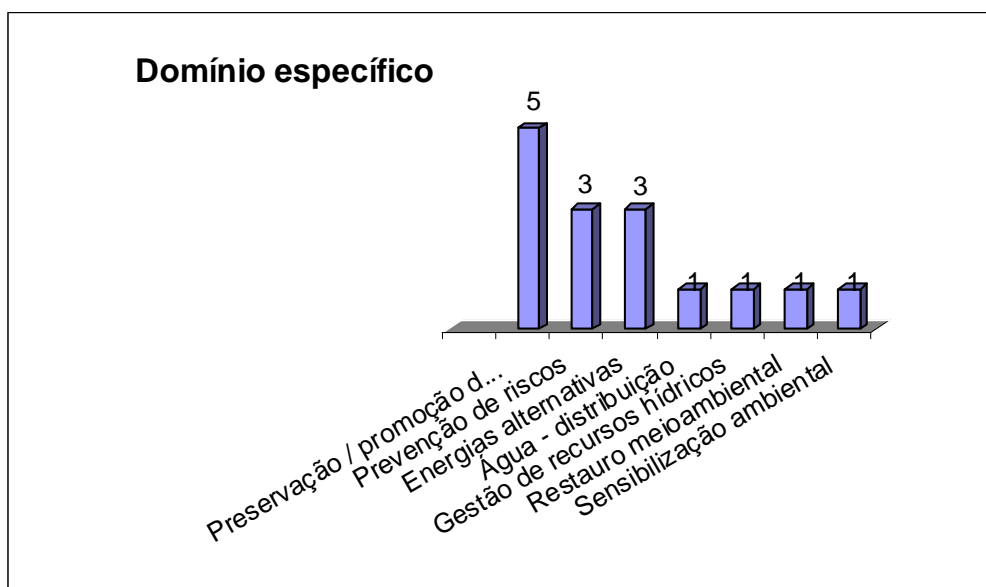


Figura 7. Distribuição dos projectos por domínio específico

A primeira categoria – Preservação / promoção de espaços naturais – corresponde a um terço das actuações estudadas e engloba actuações com diferentes enfoques sobre espaços específicos, como é o caso de rios e zonas húmidas, dos socacos e montes. Juntamente com as seguintes categorias – Prevenção de riscos e Energias alternativas – completa o quadro geral acima esboçado: um interesse crescente na gestão eficiente do território e da paisagem, integrando a prevenção de riscos e a dimensão económica do património natural, além da procura de soluções energéticas alternativas e eficientes.

Na actual convocatória, o número de projectos aprovados e a especificidade com que abordam os desafios associados à gestão da água para consumo ou agricultura permitiu ainda diferenciar como domínios específicos de actuação “qualidade da água”, “uso racional da água” e “regadio”. Para lá destes, entre as 256 candidaturas recebidas na convocatória mais recente, foram analisadas propostas sobre “eficiência energética”, “preservação/promoção de espaços naturais – ribeiras”, “preservação/promoção de espécies animais autóctones”, “preservação/promoção de recursos naturais endógenos”, “Rede Natura” e “relações entre espaço urbano e rural”.

Esta abertura dos campos de intervenção dever-se-á sobretudo ao elevado número de candidaturas agora recebidas, mas também ao interesse demonstrado por um leque mais diversificado de instituições, o que indicia a progressiva consolidação do Programa SUDOE no território. Ainda assim, é evidente a concentração temática em torno de um número reduzido de eixos principais reflectida nas ambições e orientações do actual PO, mas que resultará também das conclusões do primeiro esforço sério de capitalização de resultados do INTERREG IIIB SUDOE. Tratou-se do seminário “Ambiente e desenvolvimento sustentável”, realizado em Toulouse, a 8 e 9 de Novembro de 2007, no qual foram apresentados alguns dos projectos desenvolvidos no anterior programa e se debateram as lições a tirar para o novo período de programação. As principais conclusões desse seminário estão, numa parte substancial, reflectidas no conjunto de projectos actualmente em curso: recentrar o PO em prioridades estratégicas, para evitar a dispersão de recursos; promover a emergência de projectos de grande envergadura e a adopção como temas de cooperação de “utilização racional de recursos”, “os espaços naturais e a biodiversidade”, “a gestão e prevenção de riscos”.

3.2.3. Tipologia de intervenção

Passando à terceira categoria da análise – as tipologias de actuação – pode desde logo evidenciar-se que é esta a que melhor revela algumas das limitações de um programa deste tipo e, sobretudo, com

um currículo limitado. Recorde-se, a este propósito, que os projectos aqui apresentados foram aprovados no quadro do primeiro programa INTERREG SUDOE funcionando nos moldes actuais.⁴

As tipologias aqui consideradas agrupam distintas actividades segundo cinco grupos principais:

Estudos/Planos de Actuação/Estratégias,

Intercâmbio de conhecimentos e boas práticas,

Técnicas e práticas inovadoras,

Cenários/Modelos/Previsões,

Infra-estruturas e equipamentos.

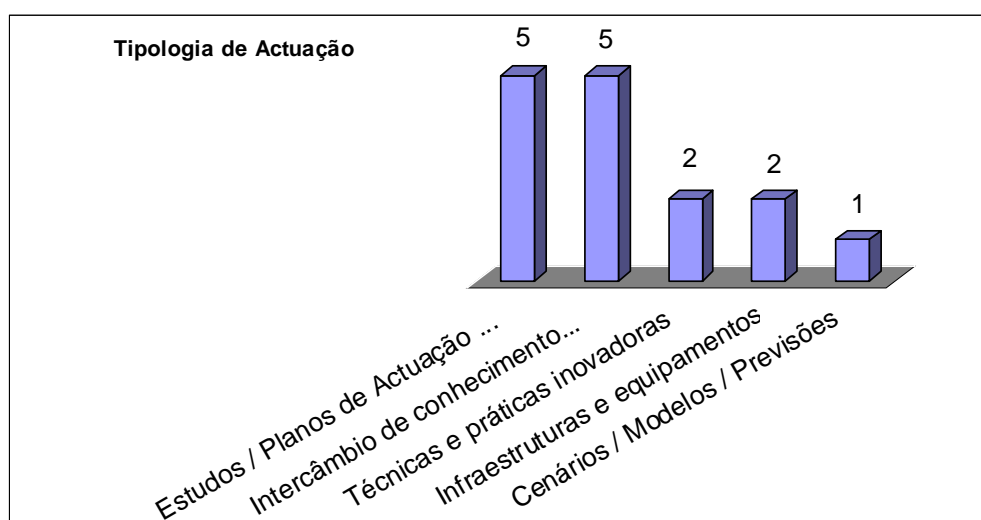


Figura 8. Distribuição dos projectos por tipologia de actuação

Na maioria dos projectos seleccionados, os grupos de tarefas específicos incluíram a elaboração de metodologias e/ou instrumentos de trabalho comuns, a realização de estudos e/ou de cartografia e a recolha de dados. A criação de redes e a utilização de novas tecnologias são igualmente elementos que, de forma muitas vezes pouco consubstanciada, fazem parte de numerosos projectos. É também evidente que, apesar das diferentes temáticas, não se pode falar de abordagens claramente distintas segundo medidas.

É assim que dois terços dos projectos analisados procurou atingir os objectivos a que se propunha através da realização de Estudos/Planos de Actuação/Estratégias (5) ou Intercâmbio de conhecimentos e boas práticas (5). Em qualquer dos casos, trata-se de tipologias de actuação sustentadas em níveis de

⁴ No período de programação precedente, entre Maio de 1997 e Dezembro de 1999, uma primeira iniciativa comunitária teve lugar neste território, mas com dimensão e características temáticas bastante distintas.

cooperação muito baixos e que se podem limitar a acções estritamente locais cujos resultados são partilhados em momentos fixos, sem que haja sequer, em muitos casos, uma construção conjunta da abordagem ao território. As causas passam, uma vez mais, pela juventude do programa de cooperação, pela ausência de experiências prévias de trabalho entre os actores implicados, por uma falta de cultura de cooperação ou pela natureza das instituições envolvidas. Estas limitações não são, apesar de tudo, exclusivas do PO SUDOE. Na verdade, um olhar rápido pelos resultados obtidos em algum dos cerca de 60 programas INTERREG em curso no anterior período de cooperação revela abordagens muito similares. As poucas excepções notam-se apenas no campo da cooperação transfronteiriça, onde a longa convivência e a proximidade geográfica dos actores permitem outro arrojo nas propostas, com evidentes consequências nos resultados.

Em todo o caso, passada esta experiência inicial e precisamente por essa razão, assume ainda maior relevância uma estratégia de capitalização dos resultados obtidos, também com essa função didáctica de “formar para a cooperação”.

No caso dos 2 projectos que tentaram desenvolver “técnicas e práticas inovadoras” – TERRISC e PRECIRIEG – os planos de trabalho centraram-se em abordagens muito técnicas a problemas claramente identificados e, em qualquer dos casos, relacionados com a água: no primeiro caso, do ponto de vista dos riscos de movimentos de vertente em paisagens de socacos e, no segundo, na gestão água para rega.

As técnicas e práticas inovadoras desenvolvidas resultaram de estudos e trabalho de campo e traduziram-se na implementação, como projectos-piloto, de experiências inovadoras cujos resultados estão documentados nas apresentações ou estudos finais de cada um dos projectos. A participação de autoridades municipais ou sectoriais como sócias do projecto PRECIRIEG permitiria, à partida, antever a perenidade das intervenções bem sucedidas.

As tipologias de intervenção “infra-estruturas” e “cenários/modelos/previsões” foram utilizadas por dois e um projecto, respectivamente, – ARBOSUDOE e AQUA-GEST-SO, por um lado e MW/SUDOE por outro. Embora outros projectos tenham abordado em algum momento acções destes tipos, apenas nos exemplos referidos estas intervenções se apresentaram como o centro dos planos de trabalho.

A aposta pela construção de infra-estruturas apresenta-se aliás como um desafio maior em projectos de cooperação territorial, na medida em que parte substancial dos recursos de um projecto acaba por ser absorvida em estruturas físicas e intervenções de carácter marcadamente local. Nos projectos referidos, foram recuperadas como jardins botânicos 4 áreas degradadas (ARBOSUDOE) e troços de zonas ribeirinhas (AQUA-GEST-SO). Evidentemente, acções deste tipo só podem ser sustentadas do ponto de vista da cooperação territorial na medida em que seja expectável o reforço da coesão territorial e o

desenho ou reforço da aproximação entre zonas distintas ou mesmo, à escala do sudoeste europeu, a constituição de imagens de marca deste território. De igual modo, e ambos os projectos são exemplo disso, estas intervenções terão sempre de ser acompanhadas de acções mais vastas e “imateriais”, que permitam a difusão do papel e importância das infraestruturas criadas.

A elaboração de “cenários/modelos/previsões” só no presente período de cooperação ganhou verdadeira dimensão de intervenção, muito por força das preocupações em torno das alterações climáticas e seus impactos em distintos sectores. O projecto MW/SUDOE assumiu-se, na altura em que foi aprovado, como um prenúncio do tipo de abordagens que mais tarde despertariam o interesse dos promotores.

O facto de a actual convocatória ter recebido, além de propostas deste tipo, mais projectos centrados no desenvolvimento de “técnicas e práticas inovadoras” e de “cenários/modelos/previsões” pode significar um primeiro amadurecimento do tipo de cooperação neste espaço e uma especialização em domínios tendencialmente mais técnicos e de investigação.

Para a classificação acima apresentada não foram consideradas as actividades transversais e comuns a todos os projectos, isto é, as actividades genericamente designadas como de “gestão e coordenação” e as acções de “promoção e difusão”, associadas a obrigações regulamentares e decorrentes da estrutura de iniciativas deste tipo. Se no primeiro caso se trata de implementar os mecanismos para garantir o bom funcionamento interno de uma parceria e o cumprimento dos procedimentos administrativos inerentes ao co-financiamento das operações, quando se trata da “promoção e difusão”, assume particular relevo a falta de verdadeiros e eficientes planos de comunicação.

Esta ausência de estratégias de comunicação eficazes e adequadas não só revela uma certa falta de “profissionalização” dos promotores de projectos como amplia as dificuldades de integração das realizações dos projectos numa estratégia mais alargada de capitalização desenhada pelo PO. Sem embargo, na fase em que estes projectos foram aprovados, a própria UE mantinha ainda uma política de comunicação relativamente frágil (sobretudo quando comparada com as exigências actuais) que se fazia ressentir também nas escassas obrigações que as operações de cooperação tinham de garantir. Na prática, inicialmente, era apenas exigida a utilização dos logótipos da UE, do respectivo PO e do fundo financiador. Com o desenrolar das acções, foram introduzidas obrigações de publicidade e difusão que garantissem, pelo menos, alguma visibilidade à forma como são aplicados os fundos comunitários. A comunicação com o público-alvo e os destinatários últimos das acções programadas mantém-se, no entanto, como um domínio ainda pouco estruturado no final dos projectos aqui analisados, e ainda se revela uma aposta quase sempre secundária no momento de elaboração das candidaturas.

Na generalidade dos casos estudados, as actuações resumiram-se à organização de seminários e colóquios, de reuniões de trabalho e de debates, com alguns estudos e conclusões cristalizados em

publicações em suporte papel e/ou em formato electrónico, recorrendo às páginas web dos projectos ou dos beneficiários. A utilização de diferentes idiomas nas ferramentas web e publicações, mas com distintos níveis de informação, acabam por demonstrar implicações/obrigações diferentes por parte dos beneficiários e, também dessa forma, minar algumas possibilidades de comunicação com públicos mais alargados.

3.2.4. Produtos e resultados

Dos relatórios finais e outra informação disponível, pode concluir-se que foram produzidos materiais com objectivos de apoio aos sectores e/ou as autoridades territoriais respectivas, como sejam estratégias e recomendações, manuais técnicos e protocolos de actuação, bases de dados e cartografia, além da recompilação de matéria existente em termos de legislação, bibliografia e projectos sobre as diferentes temáticas.

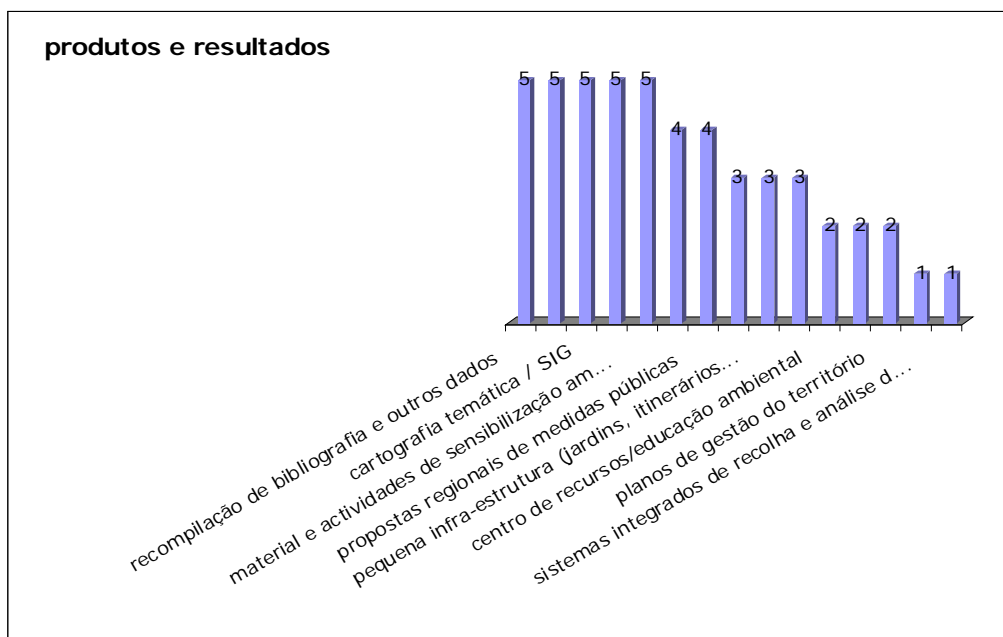


Figura 9. Distribuição dos projectos por produtos e resultados

A informação resumida na figura 9 contabiliza o número de projectos que referem alguma das categorias como resultado ou produto final do mesmo. Ou seja, tomando como exemplo a categoria “diagnósticos e estudos”, foram identificados 5 projectos em que algum estudo é indicado como produto final. Não obstante, atendendo a que cada um destes projectos acabou por realizar mais do que um estudo (trabalhos intermédios ou sectoriais identificados como tal para efeitos de avaliação da execução do projecto), o número total de documentos produzidos é notoriamente superior ao número de projectos apresentado, muito embora nem todos tenham assumido a forma de publicação.

O referido gráfico apoia a opinião de que o leque de tipologias de resultados destes projectos é relativamente limitado e com impactos que muito dependem da utilização que posteriormente lhes for dada (e por quem). Tal é o caso das recolhas bibliográficas, dos diagnósticos e estudos de índole diversa, das bases de dados e da cartografia temática elaborada. Por outro lado, em qualquer das situações, a sua validade é extremamente reduzida se não se proceder a uma actualização regular.

Além dos referidos, dois outros produtos são nomeados por um terço dos projectos analisados: os “protocolos de actuação e manuais técnicos” e “material e actividades de sensibilização ambiental”. No primeiro caso, trata-se de material destinado a grupos técnicos muito precisos que, de alguma forma, foram envolvidos na execução dos projectos em causa. A questão importante, em termos de capitalização, está em saber se, tendo estes protocolos e manuais sido validados, foram levadas por diante medidas em prol da sua difusão em áreas geográficas/sectores mais alargados e de que forma poderá o Programa contribuir para esse esforço. Já no segundo caso, a variedade de iniciativas e *merchandising* elaborados é tal que justificaria um estudo de impacto ambiental e social por si só. Alguns exemplos são jogos didácticos, campos de férias, exposições e folhetos, cadernos escolares, bonés e camisolas, seminários e CD ROM para difusão.

Em nossa opinião, estes produtos destinados a campanhas de sensibilização ambiental acabam por sucumbir a cada nova campanha ou moda de *souvenirs*, traduzindo-se na maior parte das vezes em pouco mais do que fogos fátuos. Importa ainda assim reconhecer que algumas iniciativas deste género revelaram abordagens criativas e com impactos interessantes, que poderiam fundamentar uma análise mais aprofundada no sentido de identificar e difundir os melhores exemplos.

Seguem-se, em número de referências, as “iniciativas de formação” e as “propostas regionais de iniciativas públicas”, resultados obtidos em 4 projectos. Dadas as características dos programas de cooperação, a formação como centro da actuação de um determinado projecto está, à partida, fora de questão, sendo esse um domínio de outro tipo de iniciativas comunitárias, normalmente apoiadas pelo Fundo Social Europeu ou outras fontes de financiamento específicas. Sem embargo, algumas actividades podem ter cabimento em projectos desta natureza, sempre como culminar ou complemento de outras actuações. Nos casos aqui identificados, estas iniciativas traduziram-se em formações técnicas de curta duração, normalmente com vista à rentabilização de equipamento ou sistemas implementados no âmbito dos projectos ou, noutros casos, gerando módulos ou bases para a integração de alguma da experiência testada no decorrer do projecto em ofertas de formação já existentes.

Como nos exemplos anteriores, é grande o risco de esta energia se dissipar em “meros” relatórios de execução, não chegando a concretizar-se a transferência para as instituições dedicadas ao ensino e formação destes módulos ou conhecimentos.

Relativamente às “propostas regionais de iniciativas públicas”, são normalmente o corolário de estudos e debates prévios mas reduzem-se, na maioria dos casos, às comunicações finais de um projecto e dificilmente chegam ao estágio de prontuário para consulta e debate junto das autoridades que, em última instância, poderiam ponderar a implementação dessas recomendações. De facto, mesmo nos casos em que participam as próprias entidades regionais ou nacionais, com atribuições suficientes para implementar recomendações deste tipo, as complexas teias dos organigramas e o desfasamento entre o empenhamento técnico e a vontade política dificultam grandemente as possibilidades de transferências deste tipo. Um grau de concretização maior, como é o caso dos “planos de gestão do território”, surge apenas indicado em dois projectos – FOREMED e MW SUDOE – que contaram com estruturas de colaboração pré-existentes e uma razoável capacidade de intervenção nos respectivos sectores/territórios (florestal e zonas húmidas, respectivamente). Fenómeno similar foi identificado no caso das “estratégias e recomendações para o sector”, produzidas pelos projectos ENERSILVA e ECOVERGER, associados ao sector florestal, o primeiro, e ao sector frutícola, o segundo.

As restantes tipologias são bastante específicas e estão ocasionalmente interligadas. Resultam de intervenções físicas bem determinadas cujas implicações a uma escala mais alargada dependem da notoriedade que assumam localmente e implicam estratégias de difusão bem definidas. Trata-se de três “propostas ou anteprojectos de investimento” dos quais apenas uma não foi concretizada como “pequena infra-estrutura”. Nestes casos, foram construídos ou recuperados um centro de recursos, jardins, itinerários e sinalização, assim como equipamentos específicos para reciclagem em portos.

Finalmente, dois projectos – POST-PRESTIGE e AQUA CONTROL – resultaram em “acções de limpeza e restauro ambiental” e no desenvolvimento de “sistemas integrados de recolha e análise de dados”, resultados cuja singularidade se deve às características muito próprias de cada um dos projectos. No entanto, no segundo caso, estamos mais uma vez perante experiências cuja perenidade depende da boa vontade dos seus promotores e cujo impacto depende sobremaneira da capacidade/vontade/competência para a difusão, quer dos procedimentos testados, quer dos resultados obtidos.

Uma limitação fundamental é a impossibilidade, finalizados os projectos (e os programas) de acompanhamento da possível transferência destes produtos para as entidades que melhor os poderiam aproveitar, bem como a medida do impacto destas soluções a médio prazo. Esta constatação leva a que se tente, na fase de selecção, identificar quais as candidaturas que, pelas parcerias que propõem e pelas acções planeadas, possam previsivelmente prevenir a produção de estudos e relatórios estéreis por falta

de posterior implementação. Apesar desse esforço, é evidente a necessidade de encontrar alguma solução mais eficaz para esta limitação.

Nos programas de cooperação do anterior período de programação, a esta dificuldade de garantir a passagem dos resultados para os níveis e sectores que os possam implementar acresce a quase invisibilidade dos próprios projectos e suas realizações. De facto, uma busca atenta permite obter pouco mais do que a informação disponível na página web do Programa IIIB SUDOE. Nesta, e para todos os projectos aprovados pelo anterior programa, é possível encontrar uma descrição sucinta de objectivos, actividades previstas, bem como resultados e produtos esperados, parceiros e regiões envolvidas, financiamento atribuído e outros dados genéricos conhecidos no momento da aprovação definitiva da candidatura. A referência à página web está também presente, sempre que possível. Não obstante, dos 15 projectos especificamente analisados neste trabalho, apenas um – ENERSILVA – mantém a página própria com alguma informação actualizada nas secções de notícias e eventos, muito embora estes conteúdos sejam apenas da responsabilidade do chefe de fila e dedicados ao tema do projecto, não traduzindo o putativo prolongamento das sinergias criadas.

Dos demais, apenas os projectos TERRISC e ECOVERGER disponibilizam os documentos finais produzidos no âmbito das respectivas actuações, sendo que no caso deste último, o acesso a essa informação é feito através da página do chefe de fila. Significa isto que apenas 1/5 da amostra estudada disponibiliza para consulta livre as conclusões e relatórios finais dos respectivos projectos. Acresce que apenas 5 dos projectos desenvolveram um site próprio (ainda disponível) e 2 outros têm páginas específicas nos websites das instituições que coordenaram os projectos. A maioria – 8 projectos – não oferece mais do que referências breves em algum espaço indirectamente relacionado com as instituições ou temáticas abordadas.

Ciente desta realidade, o actual Programa impõe o desenvolvimento de uma página própria de cada projecto e a obrigatoriedade da sua manutenção até, pelo menos, 2015. Dessa obrigação espera-se que resulte, pelo menos, uma maior visibilidade e facilidade de acesso aos dados do que actualmente se verifica.

3.3. Principais conclusões – lições a retirar dos projectos analisados

Os dados anteriores revelam algumas dificuldades e limitações decorrentes das características dos programas de cooperação e do tipo de instituições intervenientes nos projectos, mas também de uma deficiente preparação das próprias candidaturas.

Da avaliação apresentada aos 15 projectos seleccionados, alguns dados importa realçar.

Desde logo, a existência de um conjunto significativo de resultados e produtos concretos abre a possibilidade de demonstrar a “materialização” dos esforços de cooperação. Atendendo a que, maioritariamente, os projectos chegaram a estudos, recolhas bibliográficas, bases de dados e cartografia temática, poderá pensar-se que pelo menos a sua exposição poderá ser facilitada.

Aliás, o leque mais alargado de opções técnicas actualmente disponíveis para divulgar e capitalizar estes resultados pode ser a chave para completar o ciclo de vida de um projecto. Não obstante, estas possibilidades esbarram com alguns obstáculos já identificados e que interferem negativamente com as possibilidades de chegar aos destinatários finais das acções. Em particular, destacamos a escassa visibilidade dos projectos – a existência das páginas Internet apenas até ao final da fase de execução dos mesmos é o retrato acabado do problema – e a indisponibilidade dos resultados obtidos. A estratégia de capitalização deverá buscar não só as ferramentas para essa publicidade como também a melhor forma de potenciar a sua apropriação, apostando claramente na disponibilização eficiente de todos os resultados cujo formato assim o permita.

De igual modo, não é clara uma visão de conjunto que possibilite gerar sinergias entre os projectos, quer durante a sua execução, quer na fase de capitalização. A identificação, mesmo que a posteriori, de afinidades temáticas e/ou de abordagem poderá contribuir para o desenho mais consequente das intervenções em matéria de capitalização.

Refira-se ainda que os programas de cooperação territorial financiados pela UE estão sujeitos à regulamentação comunitária e, em especial, ao regulamento sobre o FEDER (Regulamento (CE) N.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006). Tais regulamentos impõem necessárias restrições à participação de entidades privadas com direito a co-financiamento de despesas, com consequências para a execução dos projectos. Um exemplo simples, no âmbito dos temas aqui abordados, é o caso dos riscos naturais e antrópicos. Conforme se disse, no quadro dos projectos analisados foram desenvolvidos diversos estudos, cartografia e outras acções com interesse, impacto físico e intervenção de entidades territoriais e centros de saber. Não obstante, nesta matéria como noutras, o sector dos seguros seria naturalmente parte interessada nos resultados e actividades. A sua mobilização assumiria por isso uma importância fulcral na difusão destes resultados, na sua efectiva implementação e mesmo no desenvolvimento de novas soluções de financiamento de actividades complementares.

Evidentemente, a inexistência de apoio financeiro comunitário para que privados possam participar como sócios de projectos não deveria ser um impedimento à sua inclusão nas actividades destes. Essa participação é, aliás, incentivada pelas estruturas do Programa. No entanto, pela forma como as acções de cooperação são pensadas, a maior parte das entidades não elegíveis para receber co-financiamento é

relegada para um papel absolutamente secundário e, muitas vezes, nem sequer é considerada no momento de estruturar medidas adaptadas a cada público-alvo.

O leque de potenciais participantes “activos” nestes programas não deixa, apesar de tudo, de ser alargado, mas sempre com carácter público ou equiparável a público. Sendo esse um constrangimento de base, seria importante considerá-lo quer no momento da preparação das candidaturas, para uma inclusão activa em todo o processo das entidades que não podem ser beneficiárias de FEDER, quer no momento de apresentar os resultados e procurar a sua difusão e capitalização.

Ainda sobre o tipo de entidades representadas⁵, pese embora a sua abrangência, implicando instituições capazes de realizar investigação e pesquisa técnica/científica, agências de desenvolvimento local/regional e entidades de âmbito territorial lato como regiões ou mesmo organismos da Administração Central, alguns obstáculos acabam por reduzir a sua aparente complementaridade. Por um lado, o funcionamento estanque que ainda persiste em distintos serviços de, por exemplo, universidades, municípios, regiões ou ministérios invalida, logo à partida, a possibilidade de envolver de forma natural diversos sectores de uma mesma estrutura implicada num projecto. Por outro lado, é muitas vezes notório o desfasamento entre departamentos técnicos e estruturas políticas ou de gestão das instituições, sendo certo que só o empenhamento das estruturas políticas e dirigentes permite a afectação de recursos humanos e financeiros mas, sobretudo, a mobilização e interesse dos actores e serviços adequados antes, durante e após a execução de um projecto.

O envolvimento de todos os sectores e a implicação dos decisores terá assim de considerar-se como condição para o sucesso de um projecto, constituindo a fase de capitalização de resultados um momento oportuno para fomentar essa participação.

A um outro nível, parece ser comum junto dos promotores considerar-se a cooperação não como um vector estratégico mas apenas como uma fonte suplementar de financiamento das actividades correntes. Esta perspectiva, ainda muito enraizada na estratégia das instituições, subverte os princípios de programas deste tipo e acaba por minar a execução dos projectos. Resultará da falta de cultura de cooperação, especialmente evidente em espaços transnacionais, pela distância entre os parceiros, pela natureza das acções e pela falta de historial de relacionamento entre si. Essas dificuldades tornam-se ainda mais claras quando comparadas com os exemplos da cooperação de proximidade, como é o caso dos programas transfronteiriços, em que se procura resolver problemas partilhados e não “apenas” similares ou de espaços que apesar das distâncias físicas entre si, se encontram unidos por uma realidade física forte, de que é exemplo o mar Báltico.

⁵ Ver anexo 2 para uma lista completa das tipologias de entidades participantes nos projectos aprovados pelo PO SUDOE

A este nível, a capitalização pode funcionar como ferramenta didáctica, ao demonstrar o valor acrescentado da cooperação para o desenvolvimento individual dos territórios, difundindo exemplos de sucesso que possam ser adaptados a outras situações e estimulando uma nova abordagem à cooperação territorial.

O esforço considerável realizado na recompilação de dados diversos evidencia a necessidade de rentabilizar os esforços despendidos em projectos anteriores e de outros programas e financiamentos específicos, evitando sobreposições e repetições de acções. A iniciativa KEEP, em traços gerais uma gigantesca base de dados sobre projectos de cooperação territorial em curso de instalação pelo Programa INTERACT, poderá ser um ponto de partida interessante. Ainda assim, o facto de estarem mais próximos dos territórios e respectivos actores confere aos programas outra capacidade e eficácia na tarefa de agregar a informação sobre as acções desenvolvidas nos respectivos territórios, preferencialmente, com o apoio das estruturas nacionais e regionais de cada país envolvido.

A já referida novidade do anterior programa contribuiu também para a dispersão temática e uma incipiente definição do espaço de cooperação. No actual período de programação, para além dos ajustes territoriais – concentração nos territórios continentais dos três países – e nos eixos prioritários, procedeu-se, da primeira para a segunda convocatória, a uma definição muito mais precisa dos domínios estratégicos preferenciais a seguir pelos projectos a apoiar. Esta maturidade do PO terá também de ser acompanhada pelos promotores de projectos e a estratégia de capitalização terá de ser pensada de forma a articular os dois períodos de programação. Isto é, deverá ser feito um esforço para, de entre os projectos executados no quadro do PO 2003-2007, destacar os temas e resultados mais significativos para as temáticas e estratégias definidas para os projectos agora aprovados ou em fase de preparação.

4. A Capitalização

4.1. Capitalizar resultados – algumas abordagens possíveis

A natureza global das questões associadas ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável – mormente o tratamento dos riscos naturais ou dos recursos energéticos – torna a cooperação territorial um campo privilegiado para a intervenção conjunta de Estados e regiões em domínios que não conhecem fronteiras. Esta intervenção conjunta será tão mais efectiva quanto seja passível de partilha pelo maior número possível de instituições e actores chave, entidades que possuam, de facto, as competências e a capacidade para intervir.

Por outro lado, o crivo cada vez mais apertado dos sistemas de apoio e a urgência em fazer face a algumas das questões ambientais mais problemáticas, assumem-se como factores suplementares na justificação da necessidade de rentabilizar esforços anteriores ou, pelo menos, de não desbaratar a energia e recursos já despendidos.

Finalmente, no estágio de maturação da política de cooperação territorial europeia, é expectável o fim da pulverização de subvenções para intervenções de carácter local, afectando recursos para actuações de maior escala, que complementem e se sustentem nas anteriores.

Neste contexto, a “capitalização” de um projecto/programa é entendida como um processo que visa alargar os benefícios sociais obtidos, procurando que os resultados alcançados sejam usados por outros de modo a obter uma progressiva melhoria das políticas regionais. Com a capitalização procura-se não só potenciar e transferir resultados mas também otimizar estratégias, procedimentos e condições que promovam a melhoria de performances e conhecimento, individual e colectivamente. Deste modo, encarada como algo mais do que a “mera” transferência de resultados, mas também enquanto processo construtivo, sujeito a avaliação e a reformulação pode, em si mesma, constituir uma ferramenta para o desenvolvimento de outras boas práticas.

Ainda assim, para ser eficaz, uma estratégia de capitalização não poderá nunca pretender tomar como relevantes todos os resultados de todos os projectos de cooperação, constatação tanto mais evidente quanto maior a amostra considerada. Por isso, embora seja estimulante uma abordagem ampla, representativa da totalidade dos projectos aprovados, dos territórios implicados e das temáticas focadas, esta deverá concentrar-se num conjunto limitado de temas/resultados e deverá responder a uma metodologia clara de selecção de boas práticas passíveis de transferência. Significa isto que à concentração temática se deverá ajustar a diversidade territorial que permita, de facto, a experimentação e a difusão de resultados.

Resulta portanto fulcral a definição de critérios comuns, de metodologias de validação e avaliação, de desenvolvimento de instrumentos para a comunicação e a facilitação dos intercâmbios, objectivos que só poderão ser concretizados recorrendo à cooperação, com as vantagens e dificuldades antes apontadas.

Os produtos finais do esforço de capitalização cobrem uma variedade de possibilidades que passa, entre outras, por exemplos de boas práticas validadas, definição de obstáculos a ultrapassar, recomendações sobre um tema ou mesmo estratégias territoriais. Para alcançar estes produtos pode recorrer-se a múltiplos instrumentos que dependerão do tipo de programas e da capacidade de mobilização dos mesmos. É possível, no entanto, tentar um enquadramento mínimo que permite apurar duas abordagens genéricas não mutuamente exclusivas, mas antes complementares:

conceptual – dirigida à consolidação de definições e critérios comuns;

metodológica – dirigida à materialização de abordagens técnicas comuns para a identificação, análise e sistematização de resultados transferíveis, bem como as ferramentas para a sua efectiva disseminação, transferência e posterior avaliação do próprio processo de capitalização.

No primeiro âmbito, poderíamos incluir metodologias simples (aplicáveis à escala de parcerias e redes) para o intercâmbio directo de conhecimentos e práticas, de que são exemplo: conferências e seminários conjuntos, publicações, sessões de *brainstorming* e *workshops*, inquéritos e sondagens, auto-avaliação e análises SWOT.

No segundo caso, falamos de um outro nível de medidas, orientado para objectivos mais ambiciosos, e que pode ser tentado em algumas circunstâncias. São iniciativas que podem passar por grupos e operações estratégicos, grupos de trabalho transversais, cruzamento de avaliações sectoriais, estudos e planeamento prospectivo, produtos informativos e de disseminação.

4.2. Objectivos e propostas de acções de capitalização

As propostas aqui apresentadas constituem-se como hipóteses a explorar no quadro do actual período de programação. Baseando-se na análise de projectos de temática ambiental, espera-se que possa, pelo menos nos seus aspectos mais genéricos, ser adaptada sem constrangimentos de maior a outros temas e passível de ajustes em futuras convocatórias. Como qualquer processo dinâmico, a estratégia aqui apresentada é um edifício em construção, sujeita a avaliação e permeável a todas as possíveis e desejáveis contaminações.

Das constatações do capítulo anterior, e considerando as abordagens descritas, espera-se que a proposta de capitalização aqui apresentada possa contribuir para mitigar algumas das limitações identificadas, tendo como objectivos genéricos:

- promover o envolvimento das entidades e sectores privados;
- implicar os decisores políticos;
- demonstrar o valor da cooperação territorial para o desenvolvimento individual dos territórios;
- prevenir a sobreposição e a repetição de acções;
- gerar sinergias entre territórios, actores e sectores.

Além destes objectivos centrados na melhoria da qualidade da cooperação e que poderão ter impactos genéricos muito para lá da actuação deste programa específico, pretende-se alcançar algumas metas bem precisas sobre o domínio ambiental.

Desde logo, assumindo a perspectiva de concentração temática atrás defendida, propõe-se, para as questões ambientais o estabelecimento de dois grandes grupos temáticos: “biodiversidade e valorização de recursos” e “riscos”. Estas duas categorias agruparão, de um modo genérico, os temas e projectos aprovados, assim como o enquadramento teórico das estratégias comunitárias.

Considerando os 15 projectos analisados, podemos agrupar 4 no grupo temático “riscos” e 11 em “biodiversidade e gestão de recursos”. A análise mais detalhada sobre estes projectos consta do capítulo anterior e é complementada pelo anexo 3 (fichas dos projectos).

Neste ponto interessa focar a atenção nos resultados e processos que possam ser utilizados na estratégia de capitalização. Onde, parece-nos desde logo assente que o conjunto de estudos e análises de diagnóstico realizados pode servir como importante recolha de informação para completar o retrato ambiental do território do sudoeste europeu, um exercício que está ainda por fazer com a necessária profundidade.

Relativamente aos resultados mais específicos deste conjunto de projectos, diríamos que, em matéria de “riscos”, resumiríamos no quadro seguinte os produtos considerados mais relevantes alcançados no âmbito do programa INTERREG SUDOE IIIB:

Projecto	Resultados
PORTS NETS	<p>Diagnóstico ambiental de todos os portos das regiões da Catalunha, Cantábria, Ilhas Baleares, Languedoc-Roussillon e Algarve;</p> <p>Dotação de todos os portos da Catalunha, Cantábria, Languedoc-Roussillon e Algarve com 123 kits de emergência para isolar e reduzir correctamente uma contaminação acidental com rapidez e eficácia;</p> <p>Instalação de pontos de recolha de óleos usados em alguns portos participantes;</p> <p>Estabelecimento de um modelo de gestão ambiental nos portos válido para todo o SUDOE;</p> <p>Campanha de sensibilização e comunicação para que os portos actuem seguindo boas práticas ambientais.</p>
POST PRESTIGE	<p>Recolha de 20.363 toneladas de hidrocarbonetos, dos quais 3.927 no mar.</p> <p>Colocação de 4000 metros de barreiras protectoras em 14 rias e baías do litoral da Cantábria; Restauo do estado das costas arenosas e rochosas assim como do ecossistema afectado pela poluição do Prestige na Região da Cantábria;</p> <p>Melhorados os dispositivos de limpeza para a sua adaptação às condições geográficas e ecológicas dos espaços contaminados.</p>
TERRISC	<p>Desenho e teste de sistemas específicos de medida do efeito hidrológico dos socacos de cultivo mediante parcelas experimentais;</p> <p>Cartografia sobre a extensão, estado de conservação e usos actuais dos campos de socacos nas áreas de análise das parcelas experimentais;</p> <p>Identificação, à escala regional e para cada um dos territórios implicados no projecto, dos factores de risco – climáticos, litológicos, geomorfológicos e outros - que afectam os espaços de socacos;</p> <p>Modelos de avaliação do risco potencial nas regiões com socacos, mediante a integração de factores ambientais, construtivos e de uso;</p> <p>Medidas comuns e propostas de actuação.</p>
BDINTERSUDOE	<p>Experiências piloto;</p> <p>Protocolos de actuação sobre utilização do fogo controlado como instrumento de prevenção dos incêndios florestais.</p>

Nos aspectos relacionados com a “biodiversidade e valorização de recursos”, a herança mais relevante do anterior programa pode ser resumida no quadro seguinte.

Projecto	Resultados
AQUA CONTROL	<p>Sistema de indicadores de abastecimento e consumo de água;</p> <p>Identificação e organização de competências em matéria de engenharia para o desenvolvimento do território relativamente aos recursos hídricos;</p> <p>Estabelecimento de rede estável em matéria de recursos hídricos.</p>

AQUA-GEST-SO	Centro de recursos e sensibilização ambiental em torno das zonas ribeirinhas; Intervenções de valorização de áreas ribeirinhas degradadas.
MW/SUDOE	Actualização e desenvolvimento da metodologia de inventário MedWet; Ferramentas de gestão e de informação, tanto a nível técnico (base de dados, ferramenta de análise de químicos presentes na água) como a nível turístico e cultural.
RURAQUA 21	Diagnósticos, estudos comparativos e material de sensibilização ambiental para a implantação de agenda local XXI em territórios rurais marcados pelos recursos hídricos;
PRECIRIEG	Experiências em áreas piloto; SIG e desenvolvimento de protocolos de actuação para melhorar a eficiência dos sistemas de rega em zonas de produção frutícola.
ECOVERGER	Estratégias e recomendações para o sector da produção horto-frutícola.
ARBOSUDOE	Restauro de 4 zonas degradadas, transformando-as em jardins com plantas autóctones.
RURALSOL	Diagnósticos sobre energia alternativa em territórios rurais; Iniciativas de sensibilização; Centros de recursos/sensibilização ambiental.
ENERSILVA	Recompilação de informação; Dinamização dos silvicultores em cada região a fim de pôr em marcha iniciativas empresariais de gestão do recurso de referência; Rede permanente de cooperação no âmbito da biomassa florestal; Ampla comunicação sobre a utilização da biomassa florestal como um recurso sustentável e gerador de riqueza; Introdução no âmbito político e junto das autoridades do tema “biomassa florestal” como um elemento a incentivar para a criação de emprego e actividade económica.
FOREMED-TECNOMED	Modelos de gestão integrada e sustentável do monte mediterrânico privado, transferível a todo o espaço SUDOE; Sensibilização social sobre a importância da gestão florestal e agrupamento dos produtores florestais; Quatro SIG corporativos; Introdução nos mercados comerciais dos recursos dos montes

Agrupados os resultados destes dois grupos temáticos e, mais uma vez, considerando a informação de diagnóstico acumulada como ponto de partida para retratar de forma mais completa o território do sudoeste europeu, propõe-se como objectivo principal a alcançar no final do exercício de capitalização

o “*estabelecimento de um plano de acção no domínio do ambiente no território do sudoeste europeu*”.

Este plano seria desenhado recorrendo às iniciativas em seguida apresentadas, sujeito a actualização, avaliação e validação à escala alargada do espaço, à semelhança das estratégias sectoriais da UE, como sejam os “livros brancos” ou a recentemente lançada “Estratégia para o Danúbio”. Para tal, seriam definidas metas a alcançar, períodos e indicadores para a avaliação e eventuais ajustes, prevendo-se 2013, último ano de execução do actual programa, como data para o lançamento da primeira fase deste plano e 2020 como final da primeira fase da sua implementação, coincidindo esta data com a meta definida pela UE para as suas mais recentes iniciativas estratégicas.

Para compilar uma ferramenta deste tipo, apoiada numa estratégia de capitalização do anterior e actual programa SUDOE, afiguram-se essenciais:

- Elaborar um diagnóstico ambiental aturado do espaço SUDOE;
- Testar a transferência dos resultados já identificados e a implementação das recomendações produzidas;
- Evoluir para planos de acção específicos de distintos sectores (portos, gestão de recursos hídricos, valorização e protecção de recursos endógenos) discutidos e validados pelo número mais alargado possível de regiões do SUDOE;
- Incorporar outros temas em função dos resultados que venham entretanto a ser obtidos pelos projectos actualmente em curso.

Como condições básicas para alcançar estes objectivos estão a difusão da informação e o envolvimento alargado dos actores, eixos em torno dos quais se explanam no ponto seguinte as propostas de medidas de capitalização concretas.

4.2.1. Medidas para difundir a informação

1. Constituir, no portal *web* do actual programa, uma biblioteca digital com os estudos, relatórios e outra documentação produzida e cuja disponibilização seja tecnicamente possível nestes moldes. Este acervo estaria disponível, em formato *pdf* ou similar, para consulta e descarga por qualquer utilizador do site do programa. Para um funcionamento eficaz, estes documentos deveriam estar classificados por temáticas e palavras chave (consistentes com a classificação já realizada para os projectos aprovados na primeira convocatória do actual programa), permitindo assim a utilização de motores de busca

intuitivos. A mesma ferramenta poderia servir para identificar e ligar as bases de dados criadas, funcionando como directório dos projectos já finalizados, sendo progressivamente ampliada com os produtos dos projectos entretanto em curso.

Mais além desta disponibilização de documentos, aqueles que possam ter impacto territorial ou estratégico mais significativo seriam especialmente publicitados no quadro de outras acções, como sejam jornadas técnicas ou painéis de discussão criados no âmbito do programa e obedecendo a propósitos mais vastos (ver ponto 4.2.2).

Relativamente aos projectos que ainda estão em execução e àqueles que venham a ser aprovados, deverá o programa influenciar no sentido de antecipadamente acautelar soluções que garantam a continuidade e regularidade das actualizações dos instrumentos deste tipo.

2. No caso de cartografia temática – normalmente desenvolvida em suporte SIG – organizar a transferência/disponibilização da cartografia produzida para os organismos de carácter técnico mais adequados (ordenamento do território, centros de estatística, universidades, etc.).

Para os projectos em curso e convocatórias futuras, introduzir essa condição nos respectivos planos de trabalho.

3. Implementar condições facilitadoras da difusão de experiências. Por exemplo, disponibilizar recomendações e/ou um guia com sugestões de iniciativas de promoção/difusão/capitalização passíveis de implementação pelos projectos. De igual modo, considerar um modelo simples de auto-avaliação dos projectos no final da sua execução, contemplando um conjunto reduzido de campos que permita, para lá da avaliação da experiência de cooperação, a identificação de produtos e resultados de uma forma padronizada. A título de exemplo, poderia considerar-se a inclusão de campos como “diagnóstico”, “resultados relevantes”, “recomendações para o sector/decisores”, formatados em modo sintético e mais facilmente transferíveis do que os mais ou menos exaustivos relatórios de execução que acompanham os pedidos de pagamento enviados pelos promotores dos projectos.

Adicionalmente, a identificação, mesmo que com posterioridade, de afinidades temáticas e/ou de abordagem poderá contribuir para o desenho mais consequente das intervenções em matéria de capitalização.

4. Fomentar encontros/sistemas de partilha de informação regulares entre promotores de projectos em curso dentro de áreas com alguma proximidade. Esta partilha pode ser realizada de forma mais

informal, através de fóruns de discussão *online*, por exemplo, ou através de grupos de trabalho criados *ad hoc*. No entanto, a sua eficácia dependerá sempre de um esforço para, a cada momento, produzir documentos de síntese que possam compilar os dados obtidos até determinado momento para suscitar e/ou orientar os debates e eventuais conclusões.

5. Orientadas pelas 4 prioridades do programa, algumas iniciativas de comunicação poderiam tentar uma abordagem sobretudo temática, escapando à “simples” publicidade aos projectos e suas realizações. Como exemplo, no caso do ambiente, tema central da prioridade 2, sugere-se a publicação de *newsletters* dedicadas exclusivamente a esta área. Desde logo, aproveitando análises como a presente, para publicitar o território do sudoeste da Europa como um espaço com valores endógenos a destacar (sistemas de produção hortofrutícola, factos e números da produção florestal e importância dos sistemas de gestão testados, etc.) ou riscos específicos de uma paisagem própria (recorrendo aos exemplos dos projectos já referidos e a outros actualmente no terreno). Também a realização de seminários temáticos pode ser aproveitada, rentabilizando os eventos obrigatórios do programa – para lançamento de convocatórias ou de informação dos beneficiários sobre os trâmites a seguir pelos beneficiários de projectos – com a dinamização de sessões deste género. Finalmente, com o apoio das autoridades nacionais e regionais, poderia estimar-se a realização de eventos mais localizados e de menor escala, mas ainda assim vocacionados para a reflexão sobre as problemáticas que afectam o espaço na sua totalidade.

6. Fomentar a tradução dos principais documentos realizados em espanhol, francês, inglês e português.

4.2.2 Medidas para implicar actores

1. Elaborar e disponibilizar documentos de síntese. No caso das temáticas ambientais, partir da avaliação *ex-post* do programa INTERREG IIIB SUDOE (em fase de finalização) para agrupar algumas ideias-chave em torno dos “riscos” e da “biodiversidade e valorização de recursos”. No primeiro caso, partindo dos projectos destacados e que abordam os riscos de incêndio e movimentos de vertente assim como a segurança portuária, para concretizar os desafios de uma cultura de risco no espaço SUDOE relacionando-os, necessariamente, com o tratamento de questões associadas aos outros principais riscos identificados neste território: secas, cheias e inundações, desertificação e erosão dos solos. Em função dos projectos que venham entretanto a ser aprovados e das dinâmicas geradas, poderá arriscar-se a abordagem dos riscos antrópicos e dos fenómenos com impactos na saúde pública, como sejam as vagas de frio, as ondas de calor ou a qualidade do ar.

No segundo caso, seguir o mesmo princípio, enquadrando, por exemplo, a questão energética no sudoeste europeu, os desafios da gestão florestal, as propostas sobre a gestão de recursos hídricos, os produtos e recursos endógenos que podem/estão a ser melhor aproveitados, etc.

2. Comunicação dirigida a sectores específicos. Apoiando-se nas redes das autoridades nacionais, regionais e dos promotores de projectos, produzir material específico e adaptado a decisores ou sectores. Um pouco à imagem do “marketing viral”, fazer chegar mensagens que suscitem o interesse pelo programa e o território junto de alvos muito precisos. No domínio dos riscos, por exemplo, sendo capital a importância do sector dos seguros, seria interessante explorar as possibilidades de inserir em publicações de associações do sector ou em eventos científicos relacionados, enquadramentos breves da problemática ou das soluções tentadas no espaço SUDOE. Outra possibilidade seria a aproximação a agências e associações internacionais, como forma de, pelo menos, melhor difundir os resultados obtidos em projectos específicos. Por outro lado, socorrendo-se de documentos de síntese e/ou propostas compiladas, a participação do programa em consultas públicas lançadas pela UE poderia ser uma outra forma de capitalizar e promover este território.

3. Desenvolver processos de consulta pública. Num primeiro momento, e a partir da síntese indicada no ponto anterior, propor linhas de discussão, caucionadas por peritos ou instituições consensuais em matéria ambiental. Num segundo momento, recorrendo a iniciativas descentralizadas pelo território, publicitar e levar a cabo a consulta pública através de sessões e debates abertos ao público em geral e aos actores chave do sector. Evidentemente, para o sucesso de um esforço deste género, é imprescindível a mobilização das administrações territoriais, organizações profissionais/sectoriais e centros de ensino para que seja garantido o retorno válido e a implicação efectiva dos cidadãos. O recurso às novas tecnologias e à *web* social permitiriam alargar a participação e a discussão, além de reforçarem o papel central do portal do programa.

Um documento final, compilado por peritos ou entidades com autoridade em matérias ambientais consolidaria os aspectos mais relevantes em termos de diagnóstico e de possibilidades de intervenção à escala do sudoeste europeu no que toca aos “riscos” e à “biodiversidade e valorização de recursos”. Em particular, e entre outros aspectos, identificando zonas prioritárias de intervenção relativamente a determinados riscos, possibilidades de cooperação na gestão de emergências, recursos endógenos, características e espaços naturais com potencial de afirmação como imagem de marca do espaço, etc.

4. Estabelecer metodologias de actuação junto com as autoridades nacionais e regionais de modo a que estas se constituam como “posto avançado” do programa. Evidentemente, dadas as diferentes iniciativas em que estão envolvidas as regiões e os países, estas não poderão em nenhum caso assumir uma responsabilidade permanente e integral como elemento de um só programa de cooperação. Não obstante, pela sua proximidade aos executores dos projectos, constituem-se como agentes privilegiados para agregar a informação sobre as acções desenvolvidas nos respectivos territórios, difundir aspectos relevantes do programa e apoiar os actores na preparação de propostas de projectos e na sua execução. Um primeiro passo seria, por exemplo, a identificação de interlocutores directos dentro de cada região (no caso de Portugal, junto das CCDRs) que se constituiria como a base da rede para a execução das diferentes propostas aqui apresentadas.

5. Implicar na disseminação das iniciativas do programa as redes e os promotores de projectos já terminados. Por exemplo, recorrer aos centros de recursos ambientais criados e às redes de cooperação mais ou menos estáveis (como, entre outros, a iniciativa MedWet, a parceria dos projectos ENERSILVA ou PORTS NETS) para ampliar a eficiência das propostas anteriores.

4.3. Soluções de implementação

Conforme explicitado no ponto 2.1. as estruturas de gestão do PO não dispõem, à partida, das condições ideais para implementar em toda a sua extensão as propostas aqui apresentadas. É sobretudo o caso das medidas que resultam de uma abordagem mais metodológica e ambiciosa, que exige uma capacidade técnica e científica que nenhum dos órgãos de gestão do programa pode garantir. No entanto, a generalidade das sugestões anteriores parece-nos exequível a partir da boa relação existente entre os diferentes representantes dos países e da competência técnica do STC, requerendo ajustes ou generalização de práticas já testadas.

De um modo geral, supõe-se utilizar as ferramentas do actual programa para uma vinculação maior entre este e o território. Isto é, procurar que as iniciativas desencadeadas pelo PO SUDOE recuperem os melhores exemplos extraídos dos projectos finalizados ou em execução para os inserir em âmbito mais alargados, de modo a captar o interesse e o envolvimento de outros actores para lá dos usuais intervenientes em projectos de cooperação territorial.

Relativamente à materialização das iniciativas mais complexas, uma solução para ultrapassar as limitações do programa poderia ser a sua concretização como projecto de cooperação entre os estados membros que o compõem, pondo em marcha um movimento vasto de reflexão e consulta pública que

serviria para pensar/planificar o território e o seu futuro, fundamentando-se nas estratégias comunitárias e nos resultados alcançados até ao momento.

Aqui pensada desde um ponto de vista ambiental, esta estratégia poderia ser alargada aos outros domínios intervencionados pelo programa, ajustando-se o putativo projecto de cooperação à totalidade das suas prioridades ou, em função de análise ulterior, concentrando-se em menos domínios ou ainda tentando outras possibilidades como a articulação das acções desse projecto em torno dos dois tipos de medidas aqui defendidos (de comunicação e de implicação dos actores).

Em todo o caso, o objectivo final seria sempre a passagem a um estágio mais maduro da cooperação territorial, à efectiva partilha de esforços para resolução de problemas comuns e construção solidária de um território mais equilibrado, coeso e sustentável.

Quadro esquemático da estratégia de capitalização

Objectivos genéricos

- promover o envolvimento das entidades e sectores privados;
- implicar os decisores políticos;
- demonstrar o valor da cooperação territorial para o desenvolvimento individual dos territórios;
- prevenir a sobreposição e a repetição de acções;
- gerar sinergias entre territórios, actores e sectores

Medidas de informação

Constituir biblioteca digital

Transferir/disponibilizar a cartografia

Acautelar soluções que garantam a continuidade e regularidade das actualizações de bases de dados, cartografia, etc.

Introduzir nos planos de trabalho soluções para a transferência de cartografia e outros produtos para as entidades territoriais mais adequadas

Disponibilizar recomendações/guia para a capitalização

Desenvolver modelo padronizado para a auto-avaliação dos projectos

Iniciativas de comunicação com abordagem temática

Medidas para implicar actores

Elaborar e disponibilizar documentos de síntese

Difundir comunicação dirigida a sectores específicos

Desenvolver processos de consulta pública

Estabelecer metodologias de actuação junto com as autoridades nacionais e regionais

Implicar as redes e os promotores de projectos já terminados na disseminação das iniciativas do programa

Objectivo final

Estabelecimento de um plano de acção no domínio do ambiente no território do sudoeste europeu

Fontes consultadas

Beck U. 2006. *Cosmopolitan Vision*. Polity Press, London

Beck U. 2001. *La Société du Risque – sur la voie d'une autre modernité*. Éditions Flammarion, Paris

Chazaud Pascal Consultant (C.P.C.). 2009. *Etude capitalisation et valorisation des enseignements tirés de projets INTERREG III – Rapport final – Avril 2009*. DIACT, the Interministerial Delegation for Spatial Planning in France. (disponível em www.projetsdeurope.gouv.fr/actu-news.php?id_article=5858&lang=fr)

Kark S., Levin N., Grantham Hedley S., Possingham Hugh P.. 2009. Between-country collaboration and consideration of costs increase conservation planning efficiency in the Mediterranean Basin. *Proceedings of the National Academy of Science* 106: 36 – 15373.

Anuario EUROPARC-España del estado de los espacios naturales protegidos 2007, Ed. Fundación Fernando González Bernáldez. Madrid.

Régions 2020 – Évaluation des défis qui se poseront aux régions de l'UE, Document de Travail des Services de la Commission – (Novembro de 2008)

INTERACT Programme Secretariat. 2009. *INTERACT newsletter septembre 2009*.

Normativa

- Regulamento (CE) N.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER);
- Lei 42/2007, de 13 de Dezembro, do Património Natural e da Biodiversidade. (Catálogo Espanhol de Espécies Ameaçadas);
- Lista de normativos comunitários disponível em <http://eur-lex.europa.eu/pt/legis/20090501/index.htm> (em 3 de Novembro de 2009)

Documentos específicos do PO SUDOUE

- Programa Operacional de Cooperação Territorial “Espaço Sudoeste Europeu 2007-2013”
- Avaliação ex-ante do Programa Operacional de Cooperação Territorial “Espaço Sudoeste Europeu 2007-2013”

- Avaliação estratégica ambiental do Programa Operacional de Cooperação Territorial “Espaço Sudoeste Europeu 2007-2013”
- Estudo sobre os resultados da primeira convocatória do PO SUDOE 2007-2013 (documento de trabalho interno, a divulgar até ao final de 2010)
- Relatório final de execução do PO SUDOE 2000-2006 (versão preliminar de Março de 2010)

Páginas Web

- Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED): <http://www.cred.be> (Novembro 2009)
- Eurostat: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database (Janeiro 2010)
- Institut national de la statistique et des études économiques: <http://www.statistiques-locales.insee.fr/> (Janeiro 2010)
- Instituto Nacional de Estadística: <http://www.ine.es> (Janeiro 2010)
- Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt> (Janeiro 2010)
- Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Mariño: http://www.mma.es/portal/secciones/calidad_contaminacion/indicadores_ambientales/perfil_ambiental_2008/index.htm (1/12/2009)
- Portail du Réseau Natura2000: <http://www.natura2000.fr/spip.php?rubrique8> (01/12/2009)
- Programa INTERACT: <http://www.interact-eu.net/keep/227> (Fevereiro 2010)
- Programa INTERREG IIIB SUDOE: <http://www.interreg-sudoe.org/portugues/index.asp> (Outubro 2009)
- Sistema de Informação do Património Natural: <http://www.icn.pt/sipnat/Default.aspx> (01/12/2009)

Anexos

Anexo 1 – dados socioeconómicos do território do sudoeste europeu

	Taxa variação PIB a preços correntes		PIB <i>per capita</i> (€)		PIB PPC UE=100		População (milhares)		Superfície (km ²)	Densidade (hab/km ²)	
	2001	2003	2003	2007	2003	2007	2003	2008		2003	2008
União Europeia – UE 25	4,0%	1,4%	21.741	24.900	100,0	100,0	457.820	499.800	3.881.965	117,9	128,7
União Europeia – UE 15	3,7%	1,5%	24.770		109,1		383.664				
Andalucía	7,9%	8,5%	14.135	18.100	74,1	81,2	7.503	8.202	87.599	85,6	93,6
Araçón	6,8%	6,9%	19.841	25.500	104,0	114,4	1.223	1.326	47.721	25,6	27,8
Astúrias	7,5%	5,7%	15.843	21.100	83,0	96,9	1.060	1.080	10.604	100,0	101,9
Baleares	8,4%	5,2%	21.290	25.400	111,6	113,8	919	1.072	4.992	184,1	214,9
Cantábria	8,9%	6,4%	17.986	23.500	94,3	105,4	542	582	5.321	101,9	109,4
Castilla v León	6,6%	6,4%	17.217	22.600	90,2	101,4	2.460	2.557	94.225	26,1	27,1
Castilla-La Mancha	6,9%	7,0%	14.513	18.200	76,1	81,5	1.807	2.043	79.461	22,7	25,7
Cataluña	7,9%	7,1%	22.415	27.500	117,5	123,3	6.565	7.364	32.114	204,4	229,3
C. Valenciana	8,7%	6,9%	17.517	21.300	91,8	95,3	4.342	5.364	23.260	186,7	230,6
Extremadura	6,7%	7,4%	12.173	16.200	63,8	72,4	1.064	1.097	41.634	25,6	26,4
Galícia	6,4%	6,4%	14.619	19.800	76,6	88,8	2.703	2.784	29.574	91,4	94,1
C. Madrid	8,6%	6,9%	24.584	30.600	128,8	136,8	5.639	6.271	8.028	702,5	781,2
Región de Murcia	8,9%	8,4%	15.694	19.400	82,3	86,9	1.249	1.426	11.314	110,4	126,0
C. Foral de Navarra	6,8%	6,8%	23.481	29.500	123,1	132,2	569	620	10.391	54,7	59,7
País Basco	7,1%	6,3%	23.028	30.600	120,7	136,8	2.091	2.157	7.235	289,1	298,1
La Rioja	6,4%	7,7%	20.464	25.000	107,3	112,0	285	317	5.045	56,5	62,9
Ceuta	6,3%	7,3%	16.368	21.700	85,8	97,3	71	77	19	3.759,1	4.073,1
Melilla	6,8%	7,6%	15.886	21.100	83,3	94,5	67	71	13	5.138,6	5.496,0
ESPAÑA	7,9%	7,1%	18.583	23.500	97,4	105,0	42.005	44.416	505.997	83,0	87,8
Poitou-Charentes	4,1%	3,2%	21.630	24.800	93,9	90,4	1.681	1.749	25.810	65,1	67,8
Aquitaine	6,7%	2,0%	23.354	26.900	101,4	98,2	3.035	3.175	41.308	73,5	76,9
Midi-Pyrénées	7,2%	2,5%	22.984	26.700	99,8	97,3	2.672	2.837	45.348	58,9	62,6
Limousin	3,7%	2,2%	21.619	24.000	93,9	87,7	712	739	16.942	42,0	43,6
Auvergne	2,6%	2,4%	21.443	25.100	93,1	91,4	1.325	1.341	26.013	50,9	51,6
Languedoc-Roussillon	5,6%	5,2%	20.262	23.500	88,0	85,6	2.441	2.587	27.376	89,2	94,5
SUDOIE FRANCA	5,6%	2,9%	22.073	25.166	95,8	91,8	11.866	12.430	182.797	64,9	68,0
FRANCA	3,9%	2,4%	25.650	29.700	111,4	108,5	61.800	62.131	543.965	113,6	114,2
Norte Portuagal	4,9%	0,1%	10.374	12.300	57,4	60,3	3.702	3.745	21.275	174,0	176,0
Algarve	11,3%	3,7%	14.223	16.200	78,7	79,6	402	430	4.992	80,5	86,2
Centro Portuagal	5,6%	1,3%	11.089	13.100	61,3	64,4	2.361	2.383	28.170	83,8	84,6
Lisboa	5,8%	2,0%	18.849	21.300	104,3	104,7	2.727	2.819	2.865	952,1	984,1
Alentejo	6,6%	2,8%	12.007	14.600	66,4	71,9	768	757	31.466	24,4	24,1
PORTUGAL	5,8%	1,5%	13.171	15.400	72,9	75,6	10.441	10.135	91.911	113,6	110,3
Gibraltar	7,5%	-2,5%	25.679		ND		29	30	6	4.768,0	4.881
TOTAL SUDOIE	7,0%	5,4%	18.417	22.262	93,3	96,6	62.015	66.982	770.120	80,5	87,0

Fonte: EUROSTAT, Instituto Nacional de Estatística, Instituto Nacional de Estadística, Institut national de la statistique et des études économiques e elaboração própria

Anexo 2 – nomenclatura de classificação dos actores implicados em projectos do PO SUDOE

- A1 Governo nacional
- A2 Colectividade territorial – escala regional
- A3 Colectividade territorial – escala departamental
- A4 Colectividade territorial – « Consejo insular »
- A5 Colectividade territorial – escala local
- A6 Estrutura intermunicipal
- A7 Administração desconcentrada do Estado
- A8 Parques Nacionais
- A9 Autoridades portuária, aeroportuárias
- B1 Associações profissionais / Associações interprofissionais
- B2 Associações empresariais/comerciais de produtores e de fabricantes
- B3 Câmaras de comércio e de indústria, câmaras consulares
- B4 Conselhos reguladores de denominação de origem
- B5 Sindicats mixtes
- C1 Universidades e centros de ensino superior
- C2 Outros centros de ensino
- C3 Centros e parques tecnológicos / científicos
- C4 Institutos, laboratórios e centros de investigação
- C5 Actores públicos de inovação e de transferência tecnológica (agências regionais de inovação)
- C6 Hospitais, clínicas
- C7 Pólo universitário – empresas / fundações universitárias
- D1 Agências de desenvolvimento regional
- D2 Associações / agências de desenvolvimento local
- D3 Associações culturais
- D4 Fundações diversas
- D5 Outras associações
- D6 Estabelecimentos para-públicos baseados numa estrutura administrativa / estabelecimento público / empresa pública
- D7 ONG
- E1 Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial
- F1 Teatros e museus nacionais
- F2 Festivais
- G Privados
- Z Outros

Anexo 3 – classificação das temáticas abordadas e tipos de intervenções realizadas em projectos do PO SUDO E

Domínio Genérico

Agenda XXI – desenvolvimento ou reformulação de Agendas XXI em distintas escalas;

Energia – promoção do conhecimento das potencialidades de diversificação das fontes de abastecimento energético, utilização racional e eficiente dos recursos energéticos e energias alternativas/renováveis.

Gestão florestal – iniciativas enfocadas em aspectos da gestão do sector florestal em distintas escalas e aspectos (em particular, a preservação e valorização de recursos florestais);

Gestão de recursos hídricos – iniciativas centradas em aspectos da gestão da água em distintas escalas e aspectos (bacias hidrográficas, ribeiras, água para consumo, etc.).

Gestão de riscos – iniciativas enfocadas nos aspectos da gestão dos riscos naturais ou antrópicos, da prevenção às estratégias de actuação e recuperação;

Património natural – acções destinadas a preservar e melhorar o valor patrimonial de espaços naturais que apresentem características particulares, como as zonas de montanha, os Parques Naturais, as áreas da Rede Natura, os rios e outras paisagens relevantes;

Protecção da biodiversidade – acções destinadas à conservação, gestão e valorização de espaços naturais, assim como a protecção e restauro de ecossistemas.

Domínio Específico

Água: distribuição – melhora da eficiência na gestão da água utilizada para consumo ou para rega;

Energias Alternativas: biomassa – aproveitamento de materiais / resíduos agro-florestais para produção de energia.

Preservação / promoção de espaços naturais – territórios ou actividades baseadas em espaços naturais de características específicas como são as zonas costeiras, os socacos, baías, parques naturais, lagunas ou outros.

Prevenção de riscos – gestão para a prevenção, intervenção ou recuperação em caso de riscos naturais ou tecnológicos.

Prevenção de riscos: incêndios – gestão para a prevenção, intervenção ou recuperação em caso de ocorrências de incêndios.

Energias alternativas – aproveitamento, sensibilização para a utilização e desenvolvimento de sistemas baseados em energias renováveis e alternativas.

Restauro meioambiental – gestão e recuperação ambiental de espaços degradados com vista à sua valorização: recuperação de áreas desflorestadas, antigas minas, espaços industriais, etc.;

Sensibilização ambiental – sensibilização de actores públicos e privados, povoações e decisores para os desafios ambientais;

Tipologia de Actuação

Estudos / Planos de Actuação / Estratégias – estudos ou relatórios temáticos que constituam planos de actuação ou estratégias (materializados em protocolos ou *road maps*, por exemplo) para um determinado sector ou problemática.

Cenários/Modelos/Previsões – utilização de ferramentas de modelização e monitorização a partir de dados actuais para a construção de modelos e cenários sobre a evolução de territórios, espécies animais ou vegetais, fenómenos naturais e outros temas.

Técnicas e práticas inovadoras – desenvolvimento de projectos piloto e experiências *in situ*, protótipos e ferramentas para a validação e transferência de soluções inovadoras.

Intercâmbio de conhecimentos e boas práticas – identificação e compilação de dados para troca de conhecimentos e boas práticas, com objectivos de formação / sensibilização.

Infra-estruturas e equipamentos – construção ou aquisição de infra-estruturas e equipamentos considerados estruturantes para responder a desafios específicos;

Anexo 4 – fichas de projecto

Por razões de ordem prática, nos quadros relativos aos objectivos, resultados e produtos dos projectos analisados, foram omitidas as referências aos aspectos estritamente relacionados com a gestão do mesmo e as iniciativas de comunicação genéricas ainda que algumas vezes identificadas pelos mesmos. Esta opção justifica-se por serem estes aspectos de carácter obrigatório e comum a todos os projectos, optando-se por apresentar a informação que se julga caracterizar de forma mais rigorosa as especificidades de cada projecto.

RURALSOL – Fomento das energias renováveis como ferramenta para o desenvolvimento rural			
--	--	--	--

Domínio Genérico	Energia		
Domínio Específico	Energias Alternativas		
Tipologia de actuação	Intercâmbio de conhecimentos e boas práticas		
Duração (meses)	17	Orçamento total (€)	1.106.972,40

Objectivos específicos (propostos no formulário de candidatura)	<p>Obter informação sobre o grau de sensibilização e de conhecimento das colectividades locais em matéria de energia;</p> <p>Desenhar instrumentos de informação e sensibilização a colectividades concretas, no sentido de educar para valores de sustentabilidade energética, impulsionando o consumo responsável dos recursos energéticos e naturais, promovendo o aforro energético, a eficiência energética e o uso das energias renováveis entre os agentes económicos, sociais, profissionais e cidadãos em geral dos territórios implicados;</p> <p>Estandarizar procedimentos comuns de actuação a nível transnacional;</p> <p>Elaborar estudos de viabilidade para a implantação de energia renovável no SUDOE.</p>
Produtos & resultados (alcançados no final da execução do projecto)	<p>Material e actividades de sensibilização ambiental</p> <p>Centro de recursos/educação ambiental</p> <p>Diagnósticos e estudos comparativos</p>

Beneficiários	Clas. da entidade	NUT II
Diputación de Badajoz	A5	ES43
Diputación Provincial de Castellón	A3	ES52
Câmara Municipal de Tavira	A5	PT15
Syndicat Départemental des Collectivités Electrifiées de l'Ariege	B5	FR62
15 sócios associados		

ENERSILVA – Promoção do da biomassa florestal com fins energéticos no Sudoeste da Europa

Domínio Genérico	Energia		
Domínio Específico	Energias Alternativas		
Tipologia de actuação	Estudos / Planos de Actuação / Estratégias		
Duração (meses)	30	Orçamento total (€)	1.016.514,70

Objectivos específicos (propostos no formulário de candidatura)	<p>Determinar modelos organizativos de gestão do recurso biomassa adaptados à tipologia da propriedade florestal em cada região e dinamizar a sua constituição e posta em marcha.</p> <p>Intercambiar informação e contrastar experiências que permitam difundir as tecnologias de aproveitamento da biomassa adaptadas às características dos bosques de cada região e à tipologia das empresas de serviços florestais existentes no quadro de uma gestão sustentável dos bosques.</p> <p>Analisar e comparar as políticas energéticas nas distintas regiões e propor medidas ajustadas às características do sul da Europa, capazes de dar um verdadeiro impulso à utilização da biomassa.</p> <p>Determinar as possibilidades de desenvolvimento da biomassa florestal e das alternativas para a sua transformação em energia em cada região, considerando a experiência de outros países e regiões.</p> <p>Colaborar na posta em marcha de possíveis projectos de centrais de biomassa já existentes ou que surjam durante a execução do projecto.</p> <p>Constituir uma rede multidisciplinar de peritos no desenvolvimento da utilização da biomassa florestal.</p> <p>Realizar um trabalho de comunicação entre silvicultores, opinião pública e sectores especializados para criar um ambiente favorável ao aparecimento de iniciativas empresariais.</p>
Produtos & resultados (alcançados no final da execução do projecto)	<p>Recompilação de normativa</p> <p>Recompilação de projectos</p> <p>Recompilação de bibliografia</p> <p>Propostas regionais de medidas públicas</p> <p>Propostas ou anteprojectos de investimento</p> <p>Iniciativas de formação</p> <p>Estratégias e recomendações para o sector.</p>

Beneficiários	Clas. da entidade	NUT II
Asociación Forestal de Galicia	B2	ES11
Dirección Xeral de Montes e Industrias Forestais (Xunta de Galicia)	A2	ES11
Instituto Enerxético de Galicia	D6	ES11
Confederación de Forestalistas del País Vasco	B2	ES21
Centre Tecnològic Forestal de Catalunya	C5	ES51
Forestis – Associação Florestal de Portugal	B2	PT16
Centro da Biomassa para a Energia	C5	PT16
Union Régionale des Syndicats de Propriétaires Forestiers d'Aquitaine	B2	FR61
Centre Régional de la Propriété Forestière d'Aquitaine	A7	FR61
Sem sócios associados		

PRECIRIEG – Rede de acções concertadas em horticultura para uma prática de irrigação precisa e económica no SUDOE

Domínio Genérico	Recursos Hídricos		
Domínio Específico	Gestão de recursos hídricos		
Tipologia de actuação	Técnicas e práticas inovadoras		
Duração (meses)	24	Orçamento total (€)	984.203,20

Objectivos específicos (propostos no formulário de candidatura)	<p>Concertação sobre os protocolos experimentais dos diferentes parceiros e implementação de novas ferramentas e métodos;</p> <p>Aceleração e optimização das experiências em curso graças às informações complementares provenientes de sectores pedoclimáticos diferentes e culturas representativas;</p> <p>Testes de novas ferramentas de medida em situações diferentes com o apoio científico e técnico dos parceiros que os aplicam desde há algumas épocas (Medidas eléctricas, medidas de débito de seiva, teledetecção aérea por infra-vermelhos, Pepista, tensiometria,...);</p> <p>Questionário junto de amostras representativas de irrigadores para verificar o impacto do projecto, nomeadamente sobre a sua atitude relativamente ao controlo da irrigação. As reacções dos outros utilizadores de água das bacias hidrográficas serão igualmente documentadas.</p>
Produtos & resultados (alcançados no final da execução do projecto)	<p>Cartografia temática / SIG;</p> <p>Manuais técnicos;</p> <p>Recompilação de bibliografia;</p> <p>Protocolos de actuação.</p>

Beneficiários	Clas. da entidade	NUT II
Assemblée des Régions Européennes Fruitières, Légumières et Horticoles – AREFLH	D5	FR61
Association Climatologique de la Moyenne Garonne – ACMG	C3	FR61
CEMAGREF – Groupement de Montpellier	C4	FR81
HORTIS AQUITAINE	C3	FR61
Centre Inter-Régional d'Expérimentation Arboricole – CIREA	C3	FR61
Association Nationale des Producteurs de Noisettes – ANPN	B2	FR61
Institut de Recerca i Tecnologia Agroalimentàries – IRTA	D6	ES51
Instituto Valenciano de Investigaciones Agrarias – IVIA	C4	ES52
Instituto Murciano de Investigación y Desarrollo Agrario y Alimentario – IMIDA	C4	ES62
Instituto Superior de Agronomia – Universidade Técnica de Lisboa	C1	PT17
Sem sócios associados		

AQUA-GEST-SO – Gestão integrada dos rios do espaço sudoeste europeu

Domínio Genérico	Recursos Hídricos		
Domínio Específico	Preservação / promoção de espaços naturais		
Tipologia de actuação	Infraestruturas e equipamentos		
Duração (meses)	48	Orçamento total (€)	1.450.685,00

Objectivos específicos (propostos no formulário de candidatura)	<p>Criação de um Centro de Formação Contínua Transnacional</p> <p>Reabilitação de sítios piloto a título experimental (como suporte à formação)</p> <p>Realização de estudos piloto sobre a valorização económica dos rios (novas oportunidades para a criação de empregos ligados à gestão fluvial)</p> <p>Criação de uma “Casa da Água” que actuará na qualidade de “centro de recursos”, para a sensibilização e formação da população local</p> <p>Criação de métodos e ferramentas comuns de gestão e sensibilização.</p>
Produtos & resultados (alcançados no final da execução do projecto)	<p>Propostas ou anteprojectos de investimento</p> <p>Material e actividades de sensibilização ambiental</p> <p>Pequena infra-estrutura (jardins, itinerários, sinalização, equipamentos para reciclagem e outras)</p> <p>Bases de dados</p> <p>Centro de recursos/educação ambiental</p>

Beneficiários	Clas. da entidade	NUT II
Agglomération du Grand Tarbes	A6	FR62
Associação de Desenvolvimento do Arade	D2	PT15
Município de Portimão	A5	PT15
Município de Lagoa	A5	PT15
Município de Silves	A5	PT15
Município de Monchique	A5	PT15
		5 sócios associados

AQUA CONTROL – Estabelecimento de sistemas de indicadores para uma gestão sustentável do recurso água no espaço SUDOE

Domínio Genérico	Recursos Hídricos		
Domínio Específico	Água: distribuição		
Tipologia de actuação	Estudos / Planos de Actuação / Estratégias		
Duração (meses)	34	Orçamento total (€)	847.818,39

Objectivos específicos (propostos no formulário de candidatura)	<p>Melhoria do desenho e exploração dos abastecimentos municipais de água potável de acordo com um consumo sustentável do recurso;</p> <p>Criação de um sistema de indicadores comum a todo o território SUDOE, que permita uma gestão sustentável e eficiente dos recursos hídricos existentes;</p> <p>Lograr uma maior harmonização das práticas territoriais em matéria de recursos hídricos;</p> <p>Fomentar a criação de uma rede de cooperação transnacional em matéria de recursos hídricos e a sensibilização aos cidadãos para um consumo responsável da água.</p>
Produtos & resultados (alcançados no final da execução do projecto)	<p>Propostas regionais de medidas públicas</p> <p>Material e actividades de sensibilização ambiental</p> <p>Sistemas integrados de recolha e análise de dados</p> <p>Bases de dados</p>

Beneficiários	Clas. da entidade	NUT II
Diputación Provincial de Castellón	A3	ES52
Consell Insular de Menorca	A4	ES53
Diputación Provincial de Málaga	A3	ES61
Syndicat Mixte Départemental de l'Eau et de l'Assainissement de l'Ariège (SMDEA)	B5	FR62
Câmara Municipal da Moura	A5	PT18
Ministry of the Environment, Roads & Utilities	A1	GIBR
		8 sócios associados

MW/SUDOE – Inventário, avaliação e monitorização para a gestão de zonas húmidas
--

Domínio Genérico	Protecção da biodiversidade		
Domínio Específico	Preservação / promoção de espaços naturais		
Tipologia de actuação	Cenários / Modelos / Previsões		
Duração (meses)	31	Orçamento total (€)	696.064,00

Objectivos específicos (propostos no formulário de candidatura)	<p>Actualizar e desenvolver a metodologia de inventário MedWet considerando as necessidades do gestor</p> <p>Desenvolver ferramentas de gestão de informação – Base de dados</p> <p>Desenvolver planos de gestão pela aplicação da metodologia MedWet em sítios piloto</p> <p>Efectuar intercâmbios de informação</p> <p>Divulgar os resultados e produtos finais.</p>
Produtos & resultados (alcançados no final da execução do projecto)	<p>Recompilação de normativa</p> <p>Recompilação de projectos</p> <p>Recompilação de bibliografia</p> <p>Propostas regionais de medidas públicas</p> <p>Planos de gestão do território</p> <p>Cartografia temática / SIG</p> <p>Manuais técnicos</p> <p>Protocolos de actuação</p>

Beneficiários	Clas. da entidade	NUT II
Instituto da Conservação da Natureza	A7	PT17
Direcção Regional de Ambiente - Serviços Regionais de Ambiente da Região Autónoma dos Açores	A2	PT20
Consejería de Medio Ambiente - Junta de Andalucía	A2	ES61
Universidade Politécnica de Valência	C1	ES52
Escola Politécnica Superior de Gandia	A5	ES52
Conselleria de Medi Ambient - Govern des Illes Balears	A2	ES53
2 sócios associados		

ARBOSUDOE – Rede de Jardins do Sudoeste Europeu

Domínio Genérico	Património natural		
Domínio Específico	Restauro meioambiental		
Tipologia de actuação	Infraestruturas e equipamentos		
Duração (meses)	51	Orçamento total (€)	1.639.400,00

Objectivos específicos (propostos no formulário de candidatura)	<p>Restauro de quatro zonas degradadas, convertendo-as em jardins botânicos com as árvores e plantas representativas da biodiversidade do SUDOE. Criação de espaços dinâmicos que realcem os valores estéticos e a biodiversidade deste quadro geográfico</p> <p>Facilitar o acesso da população ao conhecimento do património natural de outras zonas do Sudoeste Europeu, tratando de levar a cabo um trabalho de sensibilização sobre os perigos que corre o meio ambiente e a importância de preservar a biodiversidade</p> <p>Promover as condições para que surjam novas pequenas e médias empresas (PMEs) e se desenvolva um tecido empresarial em torno dos valores naturais da zona, potenciando as iniciativas locais e de novos empregos</p> <p>Contribuir para o desenvolvimento cultural, integrando os jardins em rotas de índole cultural, principalmente de escritores, históricas, etnobotânicas, etc.</p> <p>Fixar a população numa zona rural de muito baixa densidade</p> <p>Promoção das fontes de energias renováveis.</p>
Produtos & resultados (alcançados no final da execução do projecto)	<p>Pequena infra-estrutura (jardins, itinerários, sinalização, equipamentos para reciclagem e outras)</p> <p>Material e actividades de sensibilização ambiental</p> <p>Propostas ou anteprojectos de investimento</p>

Beneficiários	Clas. da entidade	NUT II
Ayuntamiento de Modúbar de la Emparedada	A5	ES41
Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva	A5	PT16
BEIRAMBIENTE - Centro Profissional de Desenvolvimento Sustentável e Eco-Turismo	D5	PT16
Communauté de Communes du Plateau de la Chaise-Dieu	A6	FR72
14 sócios associados		

ECOVERGER – Desenvolvimento económico e ambiental dos pomares de porte alto no SUDOE

Domínio Genérico	Património natural		
Domínio Específico	Preservação / promoção de espaços naturais		
Tipologia de actuação	Estudos / Planos de Actuação / Estratégias		
Duração (meses)	44	Orçamento total (€)	611.305,00

Objectivos específicos (propostos no formulário de candidatura)	Estado da arte nos aspectos sociais e culturais Avaliação técnico-económica do sistema de vergel Avaliação ecológica do ecossistema vergel Estratégias de conservação das variedades antigas e locais Desenvolvimento da transformação das produções frutícolas Valorização turística e paisagística Promoção de produtos locais de qualidade Elaboração de uma política de apoio público
Produtos & resultados (alcançados no final da execução do projecto)	diagnósticos e estudos comparativos estudos/análises de mercado Estratégias e recomendações para o sector bases de dados

Beneficiários	Clas. da entidade	NUT II
Association SOLAGRO	D5	FR62
Fundación 2001 Global Nature	D7	ES30
Escola Superior Agrária de Beja - ESAB	C1	PT18
Servicio Regional de Investigación y Desarrollo Agroalimentario - SERIDA	A2	ES12
Fédération RENOVA	D5	FR62
Ecole Nationale de Formation Agronomique - ENFA	C1	FR62
Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Alentejo - CEPAAAL	D5	PT18
Intercomunalidad de la Comarca de la Sidra	A6	ES12
Coordinadora Asturiana de Agricultura Ecológica - CADAE	D5	ES12
Associação de Jovens Agricultores de Moura - AJAM	B2	PT18
Limousin Nature Environnement	D5	FR63
sem sócios associados		

FOREMED – Organização de redes e de acções de cooperação sobre o monte mediterrânico

Domínio Genérico	Gestão florestal		
Domínio Específico	Preservação / promoção de espaços naturais		
Tipologia de actuação	Intercâmbio de conhecimentos e boas práticas		
Duração (meses)	50	Orçamento total (€)	1.148.278,80

Objectivos específicos (propostos no formulário de candidatura)	Definição do quadro de cooperação e planificação da comunicação e intercâmbios entre sítios piloto Desenvolvimento dos subprojectos nos sítios piloto mediante acção cooperativa com carácter cooperativo		
Produtos & resultados (alcançados no final da execução do projecto)	Cartografia temática / SIG Protocolos de actuação Planos de gestão do território		

Beneficiários	Clas. da entidade	NUT II
Asociación forestal de Soria	B2	ES41
FORESTIS - Associação Florestal de Portugal	B2	PT11
Comunidad Autónoma de Murcia - Consejería de Agricultura, Agua y Medioambiente	A2	ES62
Associação de Produtores Florestais da Península de Setúbal - AFLOPS	B2	PT17
Centre Régional de la Propriété Forestière de Languedoc-Roussillon	A7	FR81
2 sócios associados		

TECNOMED – Criação de redes e acções de cooperação através da implantação de novas tecnologias no monte mediterrânico

Domínio Genérico	Gestão florestal		
Domínio Específico	Energias alternativas		
Tipologia de actuação	Estudos / Planos de Actuação / Estratégias		
Duração (meses)	26	Orçamento total (€)	936.373,64

Objectivos específicos (propostos no formulário de candidatura)	<p>Criação de um SIG corporativo</p> <p>Implementação do SIG</p> <p>Formação a usuários</p> <p>Análise de mercado para os novos produtos lenhosos</p> <p>Análise de mercado para os produtos não lenhosos</p> <p>Análise de mercado para as externalidades dos montes</p>
Produtos & resultados (alcançados no final da execução do projecto)	<p>Cartografia temática / SIG</p> <p>Iniciativas de formação</p> <p>Estudos/análises de mercado</p>

Beneficiários	Clas. da entidade	NUT II
Asociación forestal de Soria	B2	ES41
FORESTIS - Associação Florestal de Portugal	B2	PT11
Dirección General del Medio Natural de la Consejería de Industria y Medio Ambiente de la Comunidad Autónoma de Murcia "	A2	ES62
Centre Régional de la Propriété Forestière de Languedoc-Roussillon	D4	ES41
		5 sócios associados

BDINTERSUDOE – O fogo dirigido, uma ferramenta ao serviço da luta contra os incêndios, do pastoreio e dos gestores dos espaços naturais: implementação de uma rede de intercâmbio de *savoir faire* e de boas práticas entre profissionais

Domínio Genérico	Gestão de riscos		
Domínio Específico	Prevenção de riscos		
Tipologia de actuação	Intercâmbio de conhecimentos e boas práticas		
Duração (meses)	18	Orçamento total (€)	408.227,68

Objectivos específicos (propostos no formulário de candidatura)	Preparação e execução dos ateliers de intercâmbio Formalização de recomendações relativas ao emprego do fogo nos ecossistemas estudados A partir dos conhecimentos adquiridos e dos intercâmbios, poderão ser elaborados protocolos e cadernos de encargo para o emprego do fogo nos ecossistemas estudados.
Produtos & resultados (alcançados no final da execução do projecto)	Protocolos de actuação Recompilação de bibliografia

Beneficiários	Clas. da entidade	NUT II
Service Interchambres d'agriculture Montagne Méditerranéenne Elevage Languedoc	B5	FR81
Office National des Forêts	A7	FR81
Generalitat de Catalunya	A2	ES51
Universidade de Trás-os-Montes	C1	PT11
sem sócios associados		

TERRISC – Recuperação de paisagens de socacos e prevenção de riscos naturais

Domínio Genérico	Gestão de riscos		
Domínio Específico	Preservação / promoção de espaços naturais		
Tipologia de actuação	Técnicas e práticas inovadoras		
Duração (meses)	18	Orçamento total (€)	826.500,00

Objectivos específicos (propostos no formulário de candidatura)	<p>Desenhar, preparar e ensaiar sistemas específicos de medida do efeito hidrológico dos socacos de cultivo mediante parcelas experimentais em que se controlam as entradas e saídas de água em diferentes condições litológicas, climáticas e de uso (conservação, técnica construtiva, tipo de cultivo)</p> <p>Cartografar a extensão, estado de conservação e usos actuais dos campos de socacos nas áreas de análises das parcelas experimentais, bem como identificar, catalogar e cartografar os sistemas específicos de regulação hídrica (drenagens, conduções, estruturas diversas ...) anexos a estes campos, estabelecendo a sua eficiência e funcionalidade.</p> <p>Detectar, em escala regional e para cada um dos territórios implicados no projecto, os factores de risco – climáticos, litológicos, geomorfológicos e outros - que afectam os espaços de socacos.</p> <p>Analisar, através de SIG, as interrelações que existem entre as características estruturais do campo de socacos, o seu estado de conservação e usos, em relação à sua capacidade de prevenção de riscos, tanto de origem hídrica como relacionados com outros tipos de processos</p> <p>Desenvolver modelos de avaliação do risco potencial nas regiões com socacos, mediante a integração de factores ambientais, construtivos e de uso</p> <p>Avaliar a eficiência dos socacos como estruturas que facilitam os processos de infiltração e melhora de recursos hídricos</p> <p>Trocar experiências e resultados atingidos em cada uma das zonas de estudo a fim de estabelecer documentação conjunta e modelos comuns de actuação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenhar, promover e difundir iniciativas de aproveitamento do património de socacos compatíveis com a conservação do seu papel ambiental e como atractivo face a um turismo alternativo e sustentável.
Produtos & resultados (alcançados no final da execução do projecto)	<p>Recompilação de bibliografia</p> <p>Cartografia temática / SIG</p> <p>Propostas regionais de medidas públicas</p>

Beneficiários	Clas. da entidade	NUT II
Consell de Mallorca – Departament de Medi Ambient i Natura	A2	ES53
Parc National les Cévennes	A8	FR81
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	C1	PT16
Núcleo de Investigação de Incêndios florestais (NICIF)*	C1	PT11
Faculdade de Letras da Universidade do Porto	C4	FR81
3 sócios associados		

PORTS NETS – Portos Limpos

Domínio Genérico	Gestão de riscos		
Domínio Específico	Prevenção de riscos		
Tipologia de actuação	Estudos / Planos de Actuação / Estratégias		
Duração (meses)	48	Orçamento total (€)	4.070.842,00

Objectivos específicos (propostos no formulário de candidatura)	<p>Contribuir firmemente para a redução da contaminação marítima e fluvial relacionada com a navegação e as actividades portuárias</p> <p>Promover a cooperação e a gestão concertada e participada entre as organizações e agentes competentes no âmbito portuário do Mediterrânico e do Atlântico</p> <p>Difusão rápida e eficaz de um modelo de gestão ambiental comprovado para os portos da Zona Atlântica e Mediterrânica</p> <p>Sensibilização e formação dos agentes com capacidade de decisão na área náutica e portuária</p> <p>Validação de novas tecnologias marítimas e fluviais para a redução e prevenção da poluição marinha e portuária.</p>
Produtos & resultados (alcançados no final da execução do projecto)	<p>Protocolos de actuação</p> <p>Pequena infra-estrutura (jardins, itinerários, sinalização, equipamentos para reciclagem e outras)</p> <p>Iniciativas de formação</p>

Beneficiários	Clas. da entidade	NUT II
Generalitat de Catalunya - Departament de Medi Ambient	A2	ES51
Conselleria de medi ambient del govern de les illes balears	A2	ES53
Gobierno de Cantabria - Consejería de Medio Ambiente	A2	ES13
Syndicat Mixte l'aménagement touristique du Languedoc-Roussillon	B5	FR81
Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos do Algarve	A9	PT15
3 sócios associados		

POST PRESTIGE – Programa de intervenção post-Prestige
--

Domínio Genérico	Gestão de riscos		
Domínio Específico	Prevenção de riscos		
Tipologia de actuação	Intercâmbio de conhecimentos e boas práticas		
Duração (meses)	22	Orçamento total (€)	7.166.667,00

Objectivos específicos (propostos no formulário de candidatura)	<p>Intervir na sequência da catástrofe do Prestige para lutar contra a poluição no mar e litoral</p> <p>Favorecer uma reflexão de conjunto sobre a recuperação do património comum (mar e litoral) fragilizado pela catástrofe do Prestige, em particular no que concerne à vigilância, prevenção e reconstituição dos espaços</p> <p>Proceder a uma troca de experiências em matéria de técnicas de prevenção, de recolha, tratamento e eliminação de resíduos.</p>
Produtos & resultados (alcançados no final da execução do projecto)	acções de limpeza e restauro ambiental

Beneficiários	Clas. da entidade	NUT II
Gobierno de Cantabria - Secretaría General de Economía y Hacienda	A2	ES13
Préfecture de la zone de Défense Sud-ouest	A2	FR61
Conseil Régional d'Aquitaine	A2	FR61
sem sócios associados		

RURAQUA 21 – Promoção e implantação da Agenda Local 21 em territórios rurais com espaços naturais de interesse determinados pela água

Domínio Genérico	Agenda XXI		
Domínio Específico	Sensibilização ambiental		
Tipologia de actuação	Intercâmbio de conhecimentos e boas práticas		
Duração (meses)	24	Orçamento total (€)	360.662,16

Objectivos específicos (propostos no formulário de candidatura)	<p>Promover o desenvolvimento sustentável dos territórios implicados através da integração das políticas ambientais na tomada de decisões das instituições públicas, em especial as autoridades locais e provinciais</p> <p>Complementar as actuações da programação dos Fundos Estruturais e das outras iniciativas comunitárias nos territórios participantes</p> <p>Fomentar a cooperação estável entre os actores do SUDOE mediante o intercâmbio de experiências e metodologia assim como a harmonização de práticas para a posta em prática da Agenda Local 21 e de estratégias de desenvolvimento sustentável, que mantenham a qualidade e disponibilidade dos recursos naturais e, em especial, os hídricos</p> <p>Capacitar as autoridades, técnicos e agentes locais para desenvolver as suas próprias Agendas Locais 21 e promover a adesão ao sistema de gestão ambiental</p> <p>Favorecer a organização territorial através dos agentes locais e a população mediante acções de informação e sensibilização ambiental</p> <p>Favorecer e promover a implicação dos diferentes agentes sociais no desenvolvimento socioeconómico local, potenciando as redes e relações entre a pequena empresa local de aproveitamento de recursos naturais</p> <p>Apoiar a conservação, o uso e gestão sustentável dos espaços naturais de interesse ecológico, das zonas implicadas.</p>
Produtos & resultados (alcançados no final da execução do projecto)	<p>Iniciativas de formação</p> <p>Material e actividades de sensibilização ambiental</p> <p>Diagnósticos e estudos comparativos</p>

Beneficiários	Clas. da entidade	NUT II
Diputación de Badajoz	A5	ES43
Diputación Provincial de Castellón	A3	ES52
GESTALQUEVA, sociedad pública	D6	PT18
Associação de Produtores Florestais da Península de Setúbal - AFLOPS	B2	PT17
2 sócios associados		